

Prezados,

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Unimed Campinas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório dos auditores independentes.

A Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico, é constituída por 3.602 médicos cooperados e atua em 13 municípios da Região Metropolitana de Campinas. A Cooperativa completou 54 anos e possui 594.213 clientes na sua carteira. A Cooperativa também realiza atendimentos por meio de intercâmbio (clientes de outras cooperativas Unimed atendidos na nossa rede própria e credenciada).

#### **CENÁRIOS E DESAFIOS**

O ano de 2024 representou um período de transformação para a Unimed Campinas, exigindo resiliência e colaboração, valores que sustentam a trajetória de mais de cinco décadas da nossa cooperativa. Diante de desafios regulatórios, econômicos e operacionais, reafirmamos nosso compromisso com a medicina de qualidade, a inovação e a sustentabilidade financeira, avançando em frentes estratégicas que nos solidificam como referência no cuidado à saúde.

Assim, com orgulho, anunciamos o início da construção do Núcleo de Oncologia e Saúde (NOS), um marco importante na trajetória da Unimed Campinas. O projeto integra tecnologia de ponta e um ambiente terapêutico moderno e acolhedor. O NOS é um investimento de grande magnitude, com entrega programada em fases até 2026, e promete a oferta inovadora de serviços oncológicos, – o que reflete nossa visão de longo prazo diante das crescentes demandas de nossos clientes e sociedade.

Adicionalmente, outras iniciativas de cuidado especializado também se destacaram. Com o Amplia II, a segunda unidade da nossa Clínica de Atendimento ao Autismo, ampliamos o atendimento às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), superando limitações regulatórias e técnicas para oferecer uma atenção multidisciplinar de qualidade.

Além disso, reforçamos nosso comprometimento com a comunidade por meio de projetos sociais e ambientais que impactaram positivamente milhares de pessoas, estreitando ainda mais nossos laços com a região.

Internamente, 2024 trouxe avanços estruturais significativos em governança. A criação da Superintendência de Tecnologia e Inovação, por exemplo, com o objetivo de impulsionar a nossa transformação digital, com foco e aprimorar a experiência de nossos beneficiários e aumentar a nossa eficiência operacional. Foi criada também a posição de Chefe Executiva de Auditoria e GRC, reforçando nosso engajamento com uma gestão responsável e ética, desempenhando papel essencial na garantia da conformidade com as regulamentações, mitigando riscos e elevando nossos padrões de ética e transparência.



Entre os muitos desafios enfrentados, destacam-se questões fiscais, como decisões judiciais relacionadas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), as quais foram tratadas com responsabilidade e diligência. Mesmo assim, nosso desempenho financeiro reafirma a solidez da Unimed Campinas. A receita líquida alcançou R\$ 3,68 bilhões, representando um crescimento de 15% em relação a 2023, impulsionado pelo acréscimo de 5.259 vidas na carteira de beneficiários. Além disso, a sinistralidade foi reduzida para 87,53% em 2024, ficando abaixo da meta projetada e do índice de 89,10% registrado em 2023 (sinistralidade gerencial). Esses indicadores demonstram nossa resiliência e capacidade de reinvestir na expansão dos serviços e na modernização da infraestrutura, com foco em tecnologia e qualidade assistencial.

Essas conquistas são fruto de um esforço coletivo. Ao olharmos para o futuro, reconhecemos que os desafios moldam nossa jornada. Neste momento, reafirmamos o compromisso da cooperativa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, em especial os objetivos 3 (Saúde e Bem-Estar) e 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Essa é uma importante referência para que nossas conquistas nos negócios se reflitam, também, em impactos positivos para a sociedade.

A saúde suplementar viveu momentos de profundas transformações, impulsionadas por avanços tecnológicos, mudanças demográficas e regulatórias e um olhar cada vez mais integrado para o paciente. O setor deve finalizar o ano com 51,7 milhões de beneficiários, representando um crescimento de 1,2% em relação a 2023, o maior nível desde 2000.

#### RELACIONAMENTO COM OS MEDICOS COOPERADOS

A Unimed Campinas obteve um bom resultado econômico em 2024, gerando sobras de R\$ 10.772 milhões. A destinação do montante de R\$ 1.285.956 bilhão, que representa 34,89% sobre a Receita Liquida aos cooperados, seja por meio de remuneração direta do trabalho médico ou benefícios, reflete um compromisso com a valorização e reconhecimento dos médicos cooperados. Em benefícios o montante para 2024 foi de R\$ 79.032 milhões, considerando PAMA, PAIT, Licença Remunerada e RATES. Devido ao ótimo resultado operacional da cooperativa, também foi pago um montante expressivo de R\$ 22.522 milhões referente ao Programa Bem+.

Durante o exercício de 2024, foi realizada em março, a Assembleia Geral Ordinária (AGO), na qual foram distribuídos R\$ 24,9 milhões aos cooperados, referentes às sobras do exercício de 2023. Em Outubro foi realizado uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE), que trouxe uma reestruturação do Plano PAF.

#### **ESG**

Os princípios de ESG — Ambiental, Social e Governança — sempre foram incorporados nas práticas da Unimed Campinas. Em 2024, a cooperativa passou por uma reestruturação na sua governança, com a realocação da gestão de pessoas para a Superintendência Geral, visando fortalecer a integração estratégica e aprimorar o controle de custos. Além de aprimorar os comitês já existentes, dois novos órgãos foram criados, dedicados às áreas de Recursos Humanos e Cooperados, e expandiu-se o escopo do Comitê de Governança, incluindo análises sociais e ambientais. Essa evolução reforça a conexão entre governança e sustentabilidade, consolidando a base técnica necessária para as decisões do Conselho de Administração.



#### Responsabilidade Ambiental

Contribuindo para mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas, a Floresta Unimed Campinas fortalece nossa conexão com a comunidade local, ao mobilizar colaboradores em ações de plantio coletivo e promover eventos educativos sobre conservação ambiental. A iniciativa integra os esforços da cooperativa para proteger ecossistemas, incentivar práticas sustentáveis e engajar diferentes públicos na preservação da natureza. Em 2024, promoveu o plantio de mais de mil mudas de espécies nativas, totalizando 4.500 árvores até janeiro de 2025, todas em uma área de proteção ambiental. Essa ação contribui para a formação de corredores ecológicos, favorecendo a recuperação do solo e a ampliação da cobertura vegetal em áreas degradadas.

Destacamos, ainda, as ações voltadas para a eficiência energética e hídrica, que visaram reduzir o consumo de água em nossas unidades, com investimentos em manutenção preventiva e na aquisição de equipamentos mais eficientes, incluindo dispositivos de controle de vazão e sistemas de reuso de água nas operações internas do Hospital Unimed Campinas. Instalamos, também, painéis fotovoltaicos em nossas sedes administrativas, que além de reduzir nossa pegada de carbono, contribuiu para a redução de custos operacionais, caminhando juntas, não apenas para o benefício do meio ambiente, como para a sustentabilidade financeira do negócio.

Dentro da semana da sustentabilidade, o foco foi a destinação correta de rejeitos e a gestão eficiente de resíduos, essenciais para minimizar o impacto ambiental e promover um consumo mais consciente. Essas iniciativas atingiram colaboradores, parceiros e membros da comunidade.

#### Responsabilidade Social

A Unimed Campinas sempre investiu em projetos sociais, com o objetivo de contribuir para a redução da vulnerabilidade social, combater o trabalho infantil, promover o acesso a atividades que favoreçam a saúde física, mental e social, melhorar a infraestrutura de organizações da Sociedade Civil e incentivar a socialização e integração de pessoas vítimas de preconceito, especialmente no que se refere à pessoa idosa.

Em 2024, incluímos nas avaliações de fornecedores aspectos relacionados ao impacto social de suas operações, incluindo práticas de diversidade e inclusão, bem como iniciativas voltadas à redução das emissões de carbono. Além disso, implementamos métricas específicas para monitorar o cumprimento das metas ESG por parte dos fornecedores.

#### Governança e Gestão de Riscos

Fortalecida em 2024, a área de Governança, Riscos e Compliance (GRC) trouxe mudanças significativas, sendo a principal delas a implementação da Resolução Normativa (RN) 518 da ANS, que estabelece as práticas mínimas de governança, gestão de riscos e controles internos recomendadas para as operadoras de planos de saúde. Durante o período analisado, não foram identificados casos de corrupção ou ações judiciais relacionadas à concorrência desleal. A cooperativa passou também por algumas mudanças em sua estrutura de governança, com a criação de dois novos comitês, dedicados às áreas de **Recursos Humanos** e **Cooperados**, em que subsidiam as decisões do **Conselho de Administração**.



# EFICIÊNCIA, SOLIDEZ E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em 2024, a sinistralidade ficou abaixo da meta estabelecida pela gestão, fortalecendo a estabilidade financeira da cooperativa, esse avanço reflete o êxito das estratégias comerciais e de retenção adotadas ao longo do ano, junto ao fortalecimento no controle de custos assistenciais.

Nossos resultados gerenciais demonstram nossa eficiência em 2024 guando comparados a 2023:

	2024	2023
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	3.586.412	3.114.578
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(3.062.581)	(2.680.225)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNC À SAÚDE	523.831	434.353
SINISTRALIDADE	85,4%	86,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	(68.588)	(116.561)
RESULTADO BRUTO	455.243	317.792
Despesas de Comercialização Despesas Administrativas	(18.318) (560.106)	(13.864) (288.587)
Resultado Financeiro e Patrimonial	98.925	101.832
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(24.256)	117.173
Impostos sobre Resultado Participações nas sobras	(1.091) (2.962)	(38.809) (1.795)
RESULTADO LÍQUIDO	(a) (28.309)	76.569

Abaixo, apresentamos a avaliação sobre as principais rubricas que compõem a medição EBITDA e EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou, em português, LAJIDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização). Esse indicador permite avaliar a eficiência das suas atividades operacionais, não incluindo movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre lucro.

Em milhares de reais		2024	2023
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕ	(24.256)	117.173	
Resultado Financeiro e Patrimonial		(98.925)	(101.832)
Depreciação e Amortização (nota 11)		16.869	13.614
EBITDA		(106.312)	28.955
Fetos/Petos (i)		43.924	24.005
Fates/Rates (i)	(1-)		31.985
Remuneração do Cooperado programa Bem+ (iii)	(b)	22.522	9.350
Pagamento aos Cooperados (ii)		-	45.181
PLR Funcionários – Grupo 61(iv)		(2.962)	(1.795)
Provisão Contingência ISSQN (v)	(c)	240.035	
EBITDA AJUSTADO		197.207	113.676
		(45.000)	
Imposto Diferido sobre provisão do ISSQN	(d)	(45.930)	-
DECLII TADO LÍCUIDO A ILICTADO (*)			
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO (*)		188.317	131.099

Nota (\*): Representa o resultado da soma das rubricas (a); (b); (c); e (d), que se referem as provisões não recorrentes efetuadas no exercício.



- (i) Conforme mencionado na Nota 17(d) às demonstrações financeiras, refere-se a transações com os cooperados da Unimed Campinas, os quais posteriormente são destinados a conta de reserva específica no patrimônio líquido, conforme definido no Estatuto Social da Cooperativa e Lei nº 5.764/71 do Cooperativismo.
- (ii) Conforme mencionado na Nota 27(a) às demonstrações financeiras, trata-se de remuneração discricionária aos cooperados da Unimed Campinas, que são deliberadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Cooperativa, a depender do resultado atingido pela Cooperativa.
- (iii) Conforme mencionado nas Notas 4.8 e 22(c) às demonstrações financeiras, trata-se de remuneração (bonificação) que busca valorizar o trabalho médico com base na qualidade da assistência prestada aos pacientes. A remuneração é definida com base em metas trimestrais elaboradas sob três grandes pilares: sustentabilidade financeira, satisfação do cliente e qualidade assistencial.
- (iv) Trata-se de participação no resultado para os colaboradores da Cooperativa que está apresentado na demonstração do resultado após o resultado antes dos impostos e participações.
- (v) Conforme nota 16aii, a cooperativa realizou a provisão para contingência fiscal referente ao ISSQN da municipalidade de Campinas, sendo o principal impacto negativo nas projeções.

O EBITDA ajustado traz uma visão que remove impactos não recorrentes, extraordinários e/ou não operacionais.

O EBITDA ajustado de 2024 foi de R\$ 181,6 milhões, refletindo ajustes de R\$ 205,9 milhões referente a despesas/receitas não recorrentes e provisões extraordinárias. Esses ajustes uma análise mais precisa da capacidade operacional de geração de caixa da Cooperativa.

#### PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA EXERCÍCIOS SEGUINTES

Para 2025, nosso foco será a expansão de serviços estratégicos para atendimento de demandas assistenciais dos nossos clientes, qualificação da nossa rede credenciada, e investimentos na reestruturação do nosso parque tecnológico. Estamos comprometidos em identificar novas formas de oferecer excelência assistencial, com atenção especial à saúde financeira.

Destacamos abaixo nossas diretrizes estratégicas:

- 1. NOS Núcleo de oncologia e saúde
- 2. Expansão e modernização do HUC
- Centro Clínico de Indaiatuba
- 4. Segmentação do portfólio de produtos
- 5. Atualização do parque tecnológico
- 6. Interoperabilidade
- 7. Crescimento por meio de parcerias estratégicas

A reforma tributária e as mudanças relacionadas ao modelo de precificação, especialmente no contexto da Consulta Pública 145 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), criam um cenário ainda mais complexo para 2025, especialmente para as cooperativas de saúde.



# **DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA**

A capacidade financeira da Unimed Campinas permanece sólida, com saldo de disponível e aplicações financeiras, tanto circulantes quanto não circulantes, totalizando o montante de R\$ 866.429 milhões em 31 dezembro de 2024. A gestão da liquidez é acompanhada pela Administração de forma a garantir a segurança financeira perante cooperados, clientes e rede assistencial. A Cooperativa, por meio de seus administradores, declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento determinados títulos e valores mobiliários, que totalizam R\$ 132.776 milhões.

#### **AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - Resolução Normativa (RN) nº 528, de 29 de abril de 2022, e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Cooperativa têm como procedimento assegurar-se de que a prestação de outros serviços pelos auditores não venha gerar conflito de interesses, e afetar a independência e a objetividade necessária aos serviços de Auditoria Independente.

Durante ano de 2024, todos os serviços de auditoria e de não auditoria foram submetidos à aprovação prévia pelos órgãos de governança da Cooperativa, sendo esses considerados permissíveis perante as regras da ANS e CFC. Durante o exercício de 2024, a Cooperativa contratou os seguintes serviços de não auditoria: (i) Procedimentos Previamente Acordados (PPA), trimestralmente, referente as Informações Econômico-Financeiras das operadoras de planos de assistência à saúde a serem informadas no DIOPS/ANS, segundo determinado pela Resolução Normativa (RN) nº 527 (anexo I), de 09 de abril de 2022; e (ii) Procedimentos Previamente Acordados (PPA), referente ao Relatório sobre os processos de governança, gestão de riscos e controles internos das operadoras, conforme previsto pela ANS Resolução Normativa (RN) nº 518, de 29 de abril de 2022.

Consequentemente, no ano de 2024 foram pagos honorários de auditoria relacionados à auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e de honorários de não auditoria relacionados com os trabalhos de PPA mencionados acima, pelos montantes de R\$ 349.683 e R\$ 149.865, respectivamente.

#### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes da Resolução Normativa (RN) nº 528 da ANS, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes. Além disso, a Diretoria afirma que não há ocorrência de operações suspeitas, conforme determina o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e a RN nº 594 de 19 de dezembro de 2023.



# **Demonstrações Financeiras**

# **Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico**

31 de dezembro de 2024 com Relatório do Auditor Independente



# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	′
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa - método direto	
Demonstração do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



**Edifício Trade Tower** 

Av. José de Souza Campos, 900 1º andar - Nova Campinas 13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500

ev.com.br



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cooperados, Conselho de Administração e Diretoria **Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico** Campinas - São Paulo

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Outros assuntos**

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Cooperativa, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.





### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:





- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de fevereiro de 2025.

**ERNST & YOUNG** 

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-027623/F

Alexandre Fermino Alvares Contador CRC SP-211793/O



Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo Ativo Circulante Disponível 5 5.809  Realizável 861.527  Aplicações Financeiras 6 518.487 Aplicações Livres 518.487  Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde 7.a 216.204 Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber 95.209 Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis 33.066 Operadoras de Planos de Assistência à Saúde 87.840 Outros Créditos Assistência à Saúde 89  Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora 7.b 19.331 Créditos Tributários e Previdenciários 8 37.401 Bens e Títulos a Receber 9 53.961 Despesas Antecipadas 10.121 Conta Corrente com Cooperados 10.122 Total Circulante 867.336	25.835 773.545 429.526 429.526 208.231 111.336 26.376 70.442 77 25.671 43.958 54.577 5.757 5.825 799.380
Disponível         5         5.809           Realizável         861.527           Aplicações Financeiras Aplicações Livres         6         518.487           Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber 95.209         7.a         216.204           Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber 97.209         95.209         95.209           Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis 33.066         33.066         97.840           Outros Créditos Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora 7.b         19.331         19.331           Créditos Tributários e Previdenciários 8 37.401         8         37.401           Bens e Títulos a Receber 9 53.961         9         53.961           Despesas Antecipadas 10.121         6.022	773.545  429.526  429.526  208.231  111.336  26.376  70.442  77  25.671  43.958  54.577  5.757  5.825
Aplicações Financeiras         6         518.487           Aplicações Livres         518.487           Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde         7.a         216.204           Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber         95.209           Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis         33.066           Operadoras de Planos de Assistência à Saúde         87.840           Outros Créditos Assistência à Saúde         89           Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora         7.b         19.331           Créditos Tributários e Previdenciários         8         37.401           Bens e Títulos a Receber         9         53.961           Despesas Antecipadas         10.121           Conta Corrente com Cooperados         6.022	429.526 429.526 208.231 111.336 26.376 70.442 77 25.671 43.958 54.577 5.757 5.825
Aplicações Livres         518.487           Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde         7.a         216.204           Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber         95.209           Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis         33.066           Operadoras de Planos de Assistência à Saúde         87.840           Outros Créditos Assistência à Saúde         89           Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora         7.b         19.331           Créditos Tributários e Previdenciários         8         37.401           Bens e Títulos a Receber         9         53.961           Despesas Antecipadas         10.121           Conta Corrente com Cooperados         6.022	429.526 208.231 111.336 26.376 70.442 77 25.671 43.958 54.577 5.757 5.825
Aplicações Livres         518.487           Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde         7.a         216.204           Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber         95.209           Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis         33.066           Operadoras de Planos de Assistência à Saúde         87.840           Outros Créditos Assistência à Saúde         89           Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora         7.b         19.331           Créditos Tributários e Previdenciários         8         37.401           Bens e Títulos a Receber         9         53.961           Despesas Antecipadas         10.121           Conta Corrente com Cooperados         6.022	429.526 208.231 111.336 26.376 70.442 77 25.671 43.958 54.577 5.757 5.825
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis Operadoras de Planos de Assistência à Saúde Outros Créditos Assistência à Saúde  Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora Créditos Tributários e Previdenciários 8 37.401 Bens e Títulos a Receber Despesas Antecipadas Conta Corrente com Cooperados  95.209 87.840 87.840 89  Créditos Tributários e Previdenciários 8 37.401 6.022	111.336 26.376 70.442 77 25.671 43.958 54.577 5.757 5.825
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis Operadoras de Planos de Assistência à Saúde Outros Créditos Assistência à Saúde  Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora Créditos Tributários e Previdenciários 8 37.401 Bens e Títulos a Receber Despesas Antecipadas Conta Corrente com Cooperados  95.209 87.840 87.840 89  Créditos Tributários à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora 7.b 19.331 95.391 10.121	111.336 26.376 70.442 77 25.671 43.958 54.577 5.757 5.825
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis Operadoras de Planos de Assistência à Saúde Outros Créditos Assistência à Saúde  Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora  Créditos Tributários e Previdenciários  Bens e Títulos a Receber Despesas Antecipadas Conta Corrente com Cooperados  33.066 87.840 89  T.b 19.331 9.331 19.331 19.331 10.121 10.121	26.376 70.442 77 25.671 43.958 54.577 5.757 5.825
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde Outros Créditos Assistência à Saúde  Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora  Créditos Tributários e Previdenciários  Bens e Títulos a Receber  Despesas Antecipadas  Conta Corrente com Cooperados  87.840  19.331  19.331  19.331  19.331  10.121  10.121	25.671 43.958 54.577 5.757 5.825
Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora 7.b 19.331 Créditos Tributários e Previdenciários 8 37.401 Bens e Títulos a Receber 9 53.961 Despesas Antecipadas 10.121 Conta Corrente com Cooperados 6.022	25.671 43.958 54.577 5.757 5.825
Saúde da Operadora       7.b       19.331         Créditos Tributários e Previdenciários       8       37.401         Bens e Títulos a Receber       9       53.961         Despesas Antecipadas       10.121         Conta Corrente com Cooperados       6.022	43.958 54.577 5.757 5.825
Créditos Tributários e Previdenciários       8       37.401         Bens e Títulos a Receber       9       53.961         Despesas Antecipadas       10.121         Conta Corrente com Cooperados       6.022	43.958 54.577 5.757 5.825
Bens e Títulos a Receber       9       53.961         Despesas Antecipadas       10.121         Conta Corrente com Cooperados       6.022	54.577 5.757 5.825
Despesas Antecipadas 10.121 Conta Corrente com Cooperados 6.022	5.757 5.825
Conta Corrente com Cooperados 6.022	5.825
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Lotal Circulante	799.380
10tal direction (10tal 10tal 1	
Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo	
Aplicações Financeiras 6 342.133	383.814
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas 309.937	321.349
Aplicações Livres 32.196	62.465
Créditos Tributários e Previdenciários 8 <b>20.097</b>	14.175
Ativo Fiscal Diferido 24.b 67.923	21.960
Depósitos Judiciais e Fiscais 16 <b>186.684</b>	201.523
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo 9 11.893	11.404
Total do Realizável a longo prazo 628.730	632.876
Investimentos	
Participações Societárias 92.831	65.874
Total Investimentos 10 92.831	65.874
Imobilizado	
Imóveis de Uso Próprio - Não hospitalares 8.876	9.491
Imobilizados de Uso Próprio 11 22.405	19.192
Imobilizado - Hospitalares 11.804	8.382
Imobilizado - Não Hospitalares 10.601	10.810
Imobilizações em Curso 58.311	24.309
Outras Imobilizações 27.324	23.391
Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos) 11.b 27.387	30.639
Total Imobilizado 11 144.303	107.022
Intangível 11 <b>6.258</b>	7.172
Total do Ativo Não Circulante 872.122	812.944
Total do Ativo 1.739.458	1.612.324



Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)--*Continuação* 

	Nota	2024	2023
Passivo e Patrimônio Líquido Passivo circulante			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	283.480	293.054
Provisão para Remissão	_	5.357	5.444
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		2.113	2.548
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços			
Assistenciais		149.411	161.676
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		126.599	123.386
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13.a	46.481	42.667
Contraprestações	_	1.157	753
Comercialização sobre Operações		1.157	1.049
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		44.053	40.687
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		114	178
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de			
Saúde da Operadora	14 _	7.884	8.798
Provisões		5.805	1.977
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.a	5.805	1.977
Trovidad para imposto do residad e Contribuição Coolai cobiro o Educio	10.4	0.000	1.071
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15.a	70.444	77.195
Empréstimos a Investidas	15.b	29	65
Débitos Diversos	15.b	101.802	104.510
Conta Corrente de Cooperados	13.b	5.529	38.749
Total Circulante	_	521.454	567.015
Passivo não circulante			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		7.304	7.579
Provisão para Remissão	12 _	7.304	7.579
Provisões		442.484	206.092
Provisões para Ações Judiciais	16	442.484	206.092
Débitos Diversos	15.b	36.696	37.947
Total do Passivo Não Circulante	_	486.484	251.618
Total do Passivo	_	1.007.938	818.633
Patrimônio Líquido	17		
Capital Social Reservas:		384.995	393.958
Reservas de Lucros/ Sobras/ Retenção de Superávits		335.753	374.834
Sobras à disposição da AGO		10.772	24.899
Total do Patrimônio Líquido	_	731.520	793.691
	_		

 Total do Passivo e do Patrimônio líquido
 1.739.458
 1.612.324



Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		31 de dezembro de 2024				31 de deze	mbro de 2023		
		Atos Cooperativos				Atos Co	operativos		
	Nota	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total
Contraprestações efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18	1.561.053	2.004.682	20.677	3.586.412	1.421.553	1.674.276	18.749	3.114.578
Receita com Operações de Assistência à Saúde		1.604.929	2.059.542	21.234	3.685.705	1.458.088	1.719.405	19.242	3.196.735
Contraprestações, líquidas/ Prêmios Retidos		1.604.775	2.059.336	21.232	3.685.343	1.458.242	1.719.593	19.244	3.197.079
Variação das provisões técnicas de Operações de Assistência à Saúde		154	206	2	362	(154)	(188)	(2)	(344)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(43.876)	(54.860)	(557)	(99.293)	(36.535)	(45.129)	(493)	(82.157)
Eventos indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	19	(1.273.252)	(1.772.796)	(16.533)	(3.062.581)	(1.173.523)	(1.490.450)	(16.252)	(2.680.225)
Eventos / sinistros conhecidos ou Avisados		(1.273.935)	(1.767.439)	(17.994)	(3.059.368)	(1.172.703)	(1.484.216)	(16.660)	(2.673.579)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		683	(5.357)	1.461	(3.213)	(820)	(6.234)	408	(6.646)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	,	287.801	231.886	4.144	523.831	248.030	183.826	2.497	434.353
Outras receitas operacionais de Planos de Assistência à Saúde	21	557	743	13.381	14.681	736	895	13.893	15.524
Receita de Assistência à Saúde Não relacionada com Plano de Saúde da Operadora	22.a.	92.800	-	5.793	98.593	80.986	-	5.126	86.112
Receita com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	•	30.928		5.728	36.656	35.864	-	5.075	40.939
Receitas com Administração de Intercambio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		41.977	-	-	41.977	50.436	-	-	50.436
Outras (Despesas) Receitas Operacionais, líquidas		19.895	-	65	19.960	(5.314)	-	51	(5.263)
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(1.108)	(1.480)	(620)	(3.208)	(1.373)	(1.669)	(605)	(3.647)
Outras (despesas) receitas de operações de plano de assistência à saúde		(70.445)	(15.293)	(314)	(86.052)	(96.382)	(7.328)	(80)	(103.790)
Outras (Despesas) Receitas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	22.c	(71.640)	(16.835)	(329)	(88.804)	(94.871)	(5.575)	(61)	(100.507)
Programas regulatórios de atenção à Saúde		(415)	(535)	(5)	(955)	(566)	(656)	(7)	(1.229)
<ul> <li>(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde</li> </ul>		(2)	(2)	-	(4)	137	158	2	297
(Reversão) Provisão para Perdas Sobre Créditos		1.612	2.079	20	3.711	(1.082)	(1.255)	(14)	(2.351)
Outras Despesas Oper. De Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	22.b	(64.909)	(24.580)	(3.113)	(92.602)	(81.230)	(26.988)	(2.542)	(110.760)
Resultado bruto		244.696	191.276	19.271	455.243	150.767	148.736	18.289	317.792
Despesas de comercialização		(7.798)	(10.408)	(112)	(18.318)	(6.217)	(7.560)	(87)	(13.864)
Despesas administrativas ´	20	(266.235)	(287.993)	(5.878)	(560.106)	(147.764)	(135.965)	(4.858)	(288.587)
Resultado Financeiro Líquido	23	(543)	(537)	85.972	84.892	2.019	2.531	88.797	93.347
Receitas financeiras	23	8.810	11.571	94.633	115.014	10.608	12.550	105.812	128.970
Despesas financeiras	23	(9.353)	(12.108)	(8.661)	(30.122)	(8.589)	(10.019)	(17.015)	(35.623)
Resultado Patrimonial		319	411	13.303	14.033	5	6	8.474	8.485
Receitas Patrimoniais	•	320	413	13.303	14.036	6	8	8.504	8.518
Despesas Patrimoniais		(1)	(2)	-	(3)	(1)	(2)	(30)	(33)
Resultado antes dos impostos e participações	,	(29.561)	(107.251)	112.556	(24.256)	(1.190)	7.748	110.615	117.173
Imposto de Renda	24	-	(8.567)	(25.286)	(33.853)	-	(4.686)	(25.216)	(29.902)
Contribuição Social sobre o Lucro	24	-	(3.341)	(9.860)	(13.201)	-	(1.778)	(9.567)	(11.345)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24	-	11.619	34.344	45.963	-	` 382	2.056	2.438
Participações nas sobras		(1.287)	(1.659)	(16)	(2.962)	(827)	(958)	(10)	(1.795)
Resultado Líquido	=	(30.848)	(109.199)	111.738	(28.309)	(2.017)	708	77.878	76.569



Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		31 de deze	mbro de 2024			31 de deze	embro de 2023	
	Atos Coo	perativos			Atos Coo	perativos		
	Principais	Auxiliares	Atos não cooperativos	Total	Principais	Auxiliares	Atos não cooperativos	Total
Resultado Líquido Outros Resultados Abrangentes	(30.848)	(109.199) -	111.738 -	(28.309)	(2.017)	708 -	77.878 -	76.569 -
Resultado Abrangente do Exercício	(30.848)	(109.199)	111.738	(28.309)	(2.017)	708	77.878	76.569



Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

			Capital social					Reserv	a de lucros					
	Nota	Subscrito	a integralizar	Total	Fundo de Reserva	FATES	Reserva AGE Finsocial e COFINS	Fundo de Reserva Expansão do CQA	Inflacionárias	Reserva AGO - Riscos fiscais	Outras reservas	Total das reservas estatutárias e de sobras	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		386.431	(10.237)	376.194	73.597	192.795	3.856	-	1.885	14.942	12.002	299.077	24.026	699.297
Aumento de Capital por Integralização Distribuição de Sobras Deliberação na AGO	17.a 17.d	11.040	(3.879)	7.161 -	-	-	-	- - 24.026	-	-	-	- 24.026	(24.026)	7.161
Devolução de Capital Juros sobre Capital Social	17.a 17.a	(2.843) 13.445	-	(2.843) 13.445	62	-	-	-	-	-	-	62		(2.781) 13.445
Superávit do Exercício Destinação do resultado do exercício: Utilização do RATES conforme		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76.569	76.569
Regulamentação Transferência entre reservas	17.b2 17.c	-	-	-	-	(31.985)	-	- 13.978	-	- (13.978)	-	(31.985)	31.985	-
Constituição de Reservas Estatutárias	17.d		-		2.930	77.871	-	-	-	3.135	(281)	83.655	(83.655)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		408.073	(14.116)	393.957	76.589	238.681	3.856	38.004	1.885	4.099	11.721	374.834	24.899	793.691
Aumento de Capital por Integralização Distribuição de Sobras Deliberação na AGO Devolução de Capital	17.a 17.d 17.a	13.995 - (18.556)	(4.401) - -	9.594 - (18.556)	- - -	- -	- -	<del>-</del> -	<del>-</del>	- -	-	- -	(24.899) -	9.594 (24.899) (18.556)
(Déficit) do Exercício Destinação do resultado do exercício: Utilização do RATES conforme		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.309)	(28.309)
Regulamentação Transferência entre reservas Constituição de Reservas Estatutárias	17.b2 17.c 17d		- - -	- - -	1.267	(43.924) - 872	-	3.134 3.025	-	(3.134)	- (321)	(43.924) - 4.843	43.924 - (4.843)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		403.512	(18.517)	384.995	77.856	195.629	3.856	44.163	1.885	965	11.399	335.753	10.772	731.521



Demonstração dos fluxos de caixa - método direto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais	4 457 749	2.046.425
<ul><li>(+) Recebimento de Planos Saúde</li><li>(+) Outros Recebimentos Operacionais</li></ul>	4.457.713 37.387	3.916.135
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	286.686	564.476
(-) Aplicações Financeiras	(264.803)	(681.067)
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(3.412.123)	(2.916.679)
(-) Pagamento de Comissões	(493)	(927)
(-) Pagamento de Pessoal	(171.736)	(149.118)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(6.735)	(6.693)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(74.066)	(55.049)
(-) Pagamento de Tributos	(584.792)	(496.382)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	` (8.885)́	(102.442)
(-) Pagamento de Aluguel	(8.064)	(6.737)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(25.994)	(23.450)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(131.088)	(51.828)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	93.007	(9.761)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado/ Intangível - Outros	(51.794)	(16.856)
(-) Aumento de capital em investidas	(19.488)	(248)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(71.282)	(17.104)
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	9.594	7.161
(-) Devolução de Capital	(18.556)	(2.781)
(-) Distribuição das sobras/ Incorporação Capital	(24.899)	-
(-) Pagamento de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(7.890)	(7.033)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(41.751)	(2.653)
Redução de caixa e equivalentes de caixa (disponível)	(20.026)	(29.518)
Caixa e equivalentes de caixa (disponível), no início do exercício	25.835	55.353
Caixa e equivalentes de caixa (disponível), no final do exercício	5.809	25.835

Nota: a reconciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto versus método direto está demonstrada na nota 29.



Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

(A) Geração da riqueza	2024	2023
Ingressos e receitas	3.802.434	3.297.101
Contraprestações emitidas líquidas	3.685.343	3.197.079
Outros ingressos e receitas operacionais	113.380	102.373
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/Constituição	3.711	(2.351)
√ariação das provisões técnicas	362	(344)
Provisão de remissão	362	(344)
Receita Iíquida operacional	3.802.796	3.296.757
Eventos, dispêndios e despesas operacionais	1.996.139	1.608.385
Eventos indenizáveis líquidos	1.868.898	1.496.492
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	3.213	6.646
Outros dispêndios / Despesas operacionais	124.028	105.247
nsumos adquiridos de terceiros	124.419	135.497
Despesas de comercialização	18.318	13.864
Despesas com serviços de terceiros	43.752	34.176
Materiais, energia e outras despesas administrativas	62.721	87.668
Perda / Recuperação de valores ativos	(372)	(211)
/alor adicionado bruto	1.682.238	1.552.875
Depreciação, Amortização	16.869	13.614
/alor adicionado líquido produzido pela entidade	1.665.369	1.539.261
/alor adicionado recebido/cedido em transferência	129.050	137.488
Receitas financeiras	115.014	128.970
Outras	14.036	8.518
l) Valor adicionado total a distribuir	1.794.419	1.676.749
B) Distribuição da riqueza		
Remuneração do trabalho	1.417.752	1.408.790
Cooperados	1.285.956	1.280.605
Produção (consultas e honorários)	1.184.178	1.172.703
Benefícios	101.778	107.902
Diretores, Conselheiros e Empregados	131.796	128.185
Salários, 13º, Férias etc.	101.630	101.423
Benefícios	20.843	18.054
F.G.T.S	9.323	8.708
Remuneração do governo - Impostos/Taxas/Contribuições	374,281	154.926
Federais	111.096	132.226
Previdência Social	24.888	24.140
Estaduais	25	26
Municipais	238.272	(1.466)
Remuneração de capitais de terceiros	30.695	21.235
Aluguéis	570	808
Despesas Financeiras	30.122	20.394
Despesas patrimoniais	3	33
Remuneração de capitais próprios	(28.309)	91.798
	_	15.229
Juros sobre capital social	(28.309)	
	(28.309)	76.569 1.676.749

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 1. Informações gerais

Fundada em 17 de dezembro de 1970, e com sede no município de Campinas, Estado de São Paulo, a Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa" ou "UNIMED Campinas") é uma operadora de plano de assistência à saúde e tem por objetivo institucional a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e o aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar.

A Cooperativa é constituída por médicos associados ("Cooperados") que atuam na Região Metropolitana de Campinas - RMC, compreendendo os municípios de Campinas, Artur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Em 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa era constituída por 3.602 cooperados (2023 - 3.536).

# 2. Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

A UNIMED Campinas está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 33.569-0.

# 3. Base de preparação

#### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), Lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/71), pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), bem como ITG 2004 – Entidades Cooperativas, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS e, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS por meio da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 3. Base de preparação--Continuação

# a) <u>Declaração de conformidade</u>--Continuação

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Conselho de Administração da Cooperativa em 20 de fevereiro de 2025.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada de forma voluntária pela Cooperativa como informação suplementar, de acordo com as normas da ANS e sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras, sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

#### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

#### d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Cooperativa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Cooperativa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

# i) <u>Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Cooperativa como arrendatário)</u>

A Cooperativa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 3. Base de preparação--Continuação

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos--Continuação

i) <u>Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção</u> de renovação ou rescisão (Cooperativa como arrendatário)--Continuação

A Cooperativa possui determinados contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Cooperativa aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão.

Após a mensuração inicial, a Cooperativa reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de edifícios e instalações com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos.

#### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, normas da ANS, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cooperativa revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 3. Base de preparação--Continuação

d) <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</u>--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

#### i) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC - Nota 7

De acordo com a Resolução Normativa nº 528/22 da ANS, para os planos individuais com preço preestabelecido, havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída provisão para perdas sobre a totalidade do contrato.

Para os demais planos, havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 90 dias, também é constituída provisão para perdas para a totalidade do contrato.

Ainda, conforme mencionado na Nota 4.18, a partir de 01 de janeiro de 2023, a Cooperativa adotou os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, conforme determinado pela ANS.

#### ii) Provisões técnicas - Nota 12

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde. Detalhes sobre as provisões técnicas estão descritos na Nota 4.9.

#### iii) Provisões para contingências - Nota 16

A Cooperativa reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais com o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### iv) Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado - Nota 4.4

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores especializados e são revisados regularmente. A vida útil e os valores residuais estão corretamente avaliados e apresentados nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 3. Base de preparação--Continuação

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

#### v) Tributos - Nota 4.13

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Cooperativa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela Autoridade Fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cooperativa.

O Ativo fiscal diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e/ou diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos créditos fiscais.

### vi) Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Cooperativa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Cooperativa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (por exemplo, inexistência de operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Cooperativa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Cooperativa (seu rating de crédito, dentre outros).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



#### 4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 4.1. Caixa e equivalentes de caixa - disponível

O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo (menor que 90 dias), os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. A classificação segue ainda orientações técnicas da ANS (Resolução Normativa RN 528 de 29 de abril de 2022).

#### 4.2. Instrumentos financeiros

Para 1º de janeiro de 2023, a ANS através da Resolução RN 472 determinou pela aplicação CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 9), para aplicação em exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### **Ativos financeiros**

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cooperativa tenha aplicado o expediente prático, a Cooperativa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cooperativa tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 4.11 - Receita líquida operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

### 4.2. Instrumentos financeiros-- continuação

#### Ativos financeiros-- continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Cooperativa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo.

#### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.2. Instrumentos financeiros-- continuação

#### Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Cooperativa não possui ativos financeiros nas categorias a valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação ou não de ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais). Os ativos financeiros mantidos pela Cooperativa estão divulgados na Nota 25.2.

#### **Desreconhecimento**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Cooperativa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Cooperativa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Cooperativa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Cooperativa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Cooperativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.2. Instrumentos financeiros-- continuação

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--continuação

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Cooperativa pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A Cooperativa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas é a estimativa ponderada pela probabilidade da perda de crédito. A Cooperativa mensura as provisões para perdas com Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde em montantes equivalentes as perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Para os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde e ativos de contrato, a Cooperativa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Cooperativa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Cooperativa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Cooperativa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Cooperativa para a recuperação dos valores devidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.2. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Passivos financeiros

#### Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

#### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Cooperativa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Ainda, a Cooperativa não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.2. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Cooperativa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Os passivos financeiros da Cooperativa estão divulgados na Nota 25.2.

#### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

### 4.2. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 4.3 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para "impairment", e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

#### 4.4 Débitos de Operações de Assistência à Saúde

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 4.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio, compostos substancialmente por materiais hospitalares, medicamentos e almoxarifado e inclui gastos incorridos na aquisição. O saldo correspondente aos estoques está apresentado na rubrica Bens e títulos a receber (Nota 9).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

### 4.6. Imobilizado e intangível

#### a) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

#### a) <u>Imobilizado</u>--Continuação

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edifícios	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)

<sup>(\*)</sup> Depreciação pelo prazo do contrato, em média 8 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em resultado patrimonial no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

### 4.6. Imobilizado e intangível--Continuação

#### b) Intangível

As licenças de software adquiridas são contabilizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo período da validade da licença, que varia de um a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como ativos intangíveis. Outros gastos de desenvolvimento que não sejam diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

### 4.7. Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrada a perda por *impairment* entre essa diferença.

#### 4.8. Benefícios a empregados e cooperados

Obrigações de benefícios a empregados da Cooperativa refere-se à participação nos resultados.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado sendo a obrigação estimada de maneira confiável. A Cooperativa oferece como programa aos cooperados o BEM+ que valoriza o trabalho médico com base na qualidade da assistência prestada aos pacientes, garantindo maior transparência e visibilidade às informações assistenciais econômico-financeiras, incentivando ainda mais a participação dos médicos cooperados na gestão da cooperativa.

A Unimed Campinas dispõe também de uma ampla carta de benefícios remunerados concedidos aos Cooperados com regulamento próprio e aprovado previamente pelo Conselho de Administração, sendo eles:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.8. Benefícios a empregados e cooperados

<u>Licença Remunerada:</u> benefício que permite ao Cooperado se afastar das atividades médicas por um período de 20 dias corridos e ininterruptos, podendo ser os 20 primeiros dias do mês ou os 20 últimos. O benefício corresponde à média da produção médica, considerando os últimos 12 meses, para o cálculo é considerado consulta, honorários e serviços complementares, cada um com um percentual definido em regimento.

<u>PAIT - Plano de Assistência por Incapacidade Temporária:</u> benefício que permite o afastamento das atividades por até 90 dias em decorrência de impedimento temporário do exercício da profissão por questão de ordem médica. É fixado pela média de produção do cooperado na pessoa física, abrangendo consultas, serviços complementares, honorários médicos e produção especial, remunerado pelo valor da média da produção período fixo dos 12 últimos meses anteriores ao mês da ocorrência do afastamento.

<u>PAMA - Plano de Auxílio Maternidade e Adoção:</u> benefício que permite o afastamento das atividades por até 90 dias, em decorrência de nascimento ou adoção. Valor fixado pela média aritmética dos últimos 12 meses de produção da(o) médica(o) cooperado abrangendo consultas, serviços complementares, honorários médicos, Licença Remunerada, Benefício PAIT e PAMA anterior entre outros.

#### 4.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### Provisões técnicas

São montantes estabelecidos pela ANS para garantir a liquidez financeira das obrigações futuras e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme disposto na RN 393, de 09 de dezembro de 2015, com alterações na RN 442 de 20 de dezembro de 2018, RN 476 de 29 de dezembro de 2021 e pela RN 574 de 28 de fevereiro de 2023 e atualizada pela RN 597 de 16 de janeiro de 2024. Abaixo um breve descritivo sobre a política contábil para as provisões técnicas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.9. Provisões

i) Provisões para eventos / sinistros a liquidar (SUS - GRU)

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

ii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Essas provisões referem-se a estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente e para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações. O cálculo dessas provisões deve ser apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP) devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

Conforme disposto na Resolução Normativa nº 393/15, a Cooperativa deve constituir mensalmente PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente.

iii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA SUS)

Conforme estabelecido na RN N° 442/2018 e 476/2021 a Operadora pode realizar o cálculo da Peona SUS através de metodologia própria ou utilizando o critério estabelecido pela ANS.

A Cooperativa utiliza os critérios estabelecidos pela ANS, conforme determina as RNs, com o fator máximo a ser utilizado de 66%, atualização feita pela RN 597/2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.9. Provisões--Continuação

Provisões técnicas -- Continuação

#### iv) Provisão para remissão

A Resolução Normativa nº 393/15 e suas alterações, determina a constituição da Provisão de benefícios de remissão concedido para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes. Entende-se por remissão o fato dos beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo predeterminado, em função da ocorrência do evento gerador conforme definido em contrato.

#### v) Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas - PPCNG

A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), regulamentada pela RN 393/2015 da ANS e suas alterações, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário "pro rata dia" do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, sendo a emissão do faturamento e/ou fatura dentro do mês de competência.

#### vi) Ressarcimento ao SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

#### vii) Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC

A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC: tem como objetivo a cobertura de eventual insuficiência das contraprestações para custear as despesas assistenciais, administrativas e de comercialização, conforme Resolução Normativa da ANS RN 442/2018 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021.

Anualmente a Cooperativa realiza o teste de aderência em conformidade com a metodologia regulatória, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não existe valor a ser constituído.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.9. Provisões -- Continuação

Provisões técnicas--continuação

viii) Teste de Adequação de Passivos (TAP)

Conforme a resolução Normativa (RN) n° 528/2022, as operadoras de grande porte deverão realizar o TAP - Teste de Adequação de Passivos. Por definição, o TAP consiste em estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde com preço préestabelecido, com o objetivo de avaliar se as provisões técnicas constituídas pela operadora estão adequadas para o cumprimento dos compromissos futuros em uma determinada data-base. O teste foi realizado considerando os seguintes parâmetros, como determinado pela referida resolução:

- Os contratos foram segregados entre as modalidades: individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão;
- As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando o horizonte de 1 (um) ano para contratos coletivos e 8 anos para contratos individuais;
- As principais premissas utilizadas no cálculo foram desenvolvidas por: tipo de contratação, faixa-etária (RN 63) e sexo;
- Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS segregadas por sexo vigentes no momento da realização do TAP; e
- As premissas utilizadas para projeções de receitas e despesas foram baseadas na experiência observada considerando os últimos 24 meses (12/2022 a 11/2024), a inflação médica corresponde ao índice do IPCA e o reajuste de contraprestações foi utilizado o índice ANS para as projeções dos próximos 24 meses e dos subsequentes foi utilizado o IPCA.

### viii) Teste de Adequação de Passivos (TAP)--Continuação

As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. O resultado do Teste de Adequação de Passivo, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2024 e 2023, considerando as premissas e critérios citados acima, não indicou nenhuma insuficiência consolidada da soma das modalidades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.9. Provisões--Continuação

Provisões técnicas -- Continuação

#### ix) Outras provisões técnicas

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras ("DIOPE"), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização. Não aplicável no exercício de 2023 e 2024.

#### 4.10. Cotas de cooperados

A Cooperativa detém o direito incondicional de recusar resgate de cotas pelos cooperados e, dessa forma, as cotas de cooperados são classificadas como patrimônio líquido.

#### 4.11. Receita líquida operacional

A receita de venda de planos é reconhecida no resultado do exercício durante o período de cobertura do plano de saúde, apurados de forma individual para cada contrato, conforme cláusulas contratuais, e na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A receita proveniente de uma transação acordada entre a Cooperativa e o comprador ou usuário do ativo, é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela Cooperativa ao comprador. Portanto, quando a Cooperativa presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, reconhece a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas, resultando no reconhecimento no grupo de receitas apenas a taxa de administração cobrada em tais operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.11. Receita líquida operacional--Continuação

 i) Receitas e despesas de operações de responsabilidade de outras Unimeds (Intercâmbio)

A RN 517, de 29 de abril de 2022 normatiza as operações de compartilhamento de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. O compartilhamento de risco ocorre quando um beneficiário de uma operadora com a qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora, e por um acordo ou contratação entre as operadoras, o atendimento pode ser feito de forma continuada.

Os efeitos de ganhos ou perdas nessas transações, decorrentes de taxas de administração, mais e menos valia são reconhecidos na demonstração do resultado, nas rubricas de receitas com operações de assistência médico-hospitalar ou outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora.

Também as contas a receber de intercâmbio habitual e eventual foram segregadas e apresentadas em rubricas distintas (Nota 7 (a) e (b)).

#### 4.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre recursos e fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda) e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ajustes a valor de mercado são reconhecidos conforme regime de competência.

As despesas financeiras abrangem, quando aplicáveis, despesas com juros sobre empréstimos, arrendamento financeiro, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

Também fazem parte do grupo de receitas e despesas financeiras as atualizações monetárias ativas e passivas sobre os depósitos judiciais e provisões para contingências.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.13. Tributação

#### i) <u>Impostos sobre contraprestações</u>

O PIS e a COFINS foram calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base no critério cumulativo, para os atos cooperativos (principais e auxiliares) e não cooperativos, deduzindo-se, da base de cálculo, a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas e o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, conforme determina a legislação fiscal. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) foi calculado à alíquota de 5% sobre o faturamento. Nos termos da legislação, a Cooperativa está autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e credenciados.

#### ii) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor esperado a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data das demonstrações financeiras da Cooperativa, estando atento às leis específicas aplicáveis às cooperativas. As provisões para o imposto de renda e contribuição social imputadas ao resultado são calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada a Lei nº 12.973/14, Lei nº 9.532/97 e o Decreto 9.580/18. Desta forma, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo dos atos cooperativos auxiliares e não cooperados do exercício e ajustes realizados no LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R\$240 no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

## 4.13. Tributação--Continuação

#### ii) <u>Imposto de renda e contribuição social - correntes</u>--Continuação

Na determinação do imposto de renda a Cooperativa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Cooperativa acredita que a provisão para imposto de renda está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto para fins de fiscalização, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros, imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Cooperativa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

#### iii) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, relacionados aos atos cooperativos auxiliares e atos não cooperativos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.14. Atos cooperativos e não cooperativos

Os atos cooperativos principais correspondem aos serviços praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5.764, art.79). Os atos cooperativos auxiliares são os praticados por terceiros não cooperados, a fim de auxiliar o trabalho médico e a atividade da Cooperativa.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

A Cooperativa vem constantemente buscando um gerenciamento fiscal eficiente, assegurando sua regularidade perante a Receita Federal e órgãos reguladores.

#### 4.15. Arrendamentos

No início de um contrato, a Cooperativa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Cooperativa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

#### Cooperativa como arrendatário

A Cooperativa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Cooperativa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

## 4.15. Arrendamentos -- Continuação

#### Ativos de direito de uso

A Cooperativa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

• Edifícios e instalações: 1 a 11 anos;

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Cooperativa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 4.6.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Cooperativa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Cooperativa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Cooperativa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.15. Arrendamentos -- Continuação

#### Passivos de arrendamento--Continuação

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Cooperativa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Cooperativa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

#### 4.16. Investimentos

A Unimed Campinas não possui controle ou influência significativa sobre os investimentos mantidos sociedade cooperativa de qualquer grau e/ou outras entidades do segmento, sendo esses investimentos mensurados pelo custo de aquisição, e seus resultados contabilizados, de acordo com o princípio da Competência, em conta de ingresso que integra a conta de investimento da investidora. A cada data de fechamento do balanço patrimonial, existindo evidência de que o investimento sofreu perda, é constituída a provisão para desvalorização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.17. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto, e se encontra apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações de fluxo de caixa e regras da ANS - Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022, Anexo III.

Conforme requerido na referida norma contábil a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, está sendo apresentada, na nota explicativa nº 28.

#### 4.18. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Não há alterações a partir de 1º de janeiro de 2024, que impactaram as demonstrações financeiras da Cooperativa.

# 4.19. Alterações e interpretações de pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não aplicados pelas Agência Nacional de Saúde

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas os CPCs e/ou interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

- CPC 11 Contratos de Seguro.
- CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola.
- CPC 34 Exploração e Avaliação de Recursos Minerais.
- CPC 35 Demonstrações Separadas.
- CPC 49 Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.
- CPC PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
- Alterações ao CPC 18 (R3) Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimoniais.
- CPC 50 Contrato de Seguros.
- Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.
- Alterações ao CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante.
- Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

- 4.19. Alterações e interpretações de pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não aplicados pelas Agência Nacional de Saúde--Continuação
  - Alterações ao CPC 06 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback."
  - Alterações ao CPC 02 (R2) Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Adicionalmente, a ANS também não se manifestou sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a qual entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019. Portanto, a Cooperativa não adotou tal norma. Caso essa norma venha a ser aprovada pela ANS e adotadas pela Cooperativa, poderão produzir também algum impacto nas demonstrações financeiras.

Em conformidade com o Ofício-Circular nº 1/2017/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de planos de saúde devem continuar aplicando as normas vigentes, até que a ANS se manifeste sobre a aplicação dos referidos CPCs. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Cooperativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 5. Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível

2024	2023
5.757	25.812
49	19
3	4
5.809	25.835
	5.757 49 3

<sup>(</sup>i) Refere- se ao saldo disponível na conta corrente a qual é remunerada a 85% do CDI (2023 - 85%).

Por norma regulatória da ANS, para que um investimento seja qualificado como caixa e equivalentes de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. A classificação de caixa e equivalentes de caixa, como disponível, segue orientações técnicas do Plano de Contas da ANS (Resolução Normativa RN 528 de 29 de abril de 2022).

# 6. Aplicações financeiras

	2024	2023
Investimentos circulantes		
Cotas de Fundo de Investimentos (d)	322.702	243.628
Letras financeiras- títulos públicos e privados (a)	71.197	85.511
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC) (b)	61.823	-
Nota do Tesouro Nacional Tipo B (NTŃ-B) (f)	57.969	29.526
Debêntures (c)	4.796	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (b)	-	70.861
	518.487	429.526
Investimentos não circulantes		
Cotas de Fundo de Investimentos (d)	177.206	168.856
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC) (b)	69.785	44.817
Nota do Tesouro Nacional tipo B (NTN-B) (f)	51.792	21.637
Letras financeiras- títulos públicos e privados (a)	42.182	49.525
Fundo Imobiliário - cotas patrimoniais (e)	1.168	1.105
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (b)	-	97.874
. , , , ,	342.133	383.814
Total	860.620	813.340

<sup>(</sup>a) Letras Financeiras (LF) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT): Classificados como ativos financeiros, as LFT possuem rendimentos atrelados à variação da taxa de juros Selic. Já as LF, emitidas por instituições financeiras, oferecem rendimentos pós-fixados no formato CDI acrescido de uma taxa prefixada. A Cooperativa possui em sua carteira títulos com taxas variando de CDI+1,00% a CDI+1,40%.

<sup>(</sup>b) RDC e CDB: As CDB foram resgatadas em 2024. As RDC classificados como ativos financeiros, são títulos de renda fixa privada, pós-fixados, com rendimentos que variam de 100% a 115% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 6. Aplicações financeiras--Continuação

- (c) Debêntures: Em 2024, a Cooperativa incluiu em sua carteira três títulos em debêntures, que são títulos de dívida emitidos por empresas privadas com o objetivo de captar recursos junto ao mercado. Esses títulos, classificados como renda fixa privada, possuem rentabilidades de CDI+1,90%, CDI+4,65% e CDI+4,65%.
- (d) Cotas de Fundos de Investimento: A carteira é composta por fundos distribuídos entre Renda Fixa Pós-fixada, Multimercado e Renda Fixa *High Yield*. Parte desses recursos, no montante de 173.793, está alocada em fundos exclusivos, destinados a atender às garantias regulamentares exigidas pela Agência Nacional de Saúde (ANS).
- (e) Fundo Imobiliário cotas patrimoniais cotas do fundo de investimento Imobiliário da Unimed Salto-Itu, o objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas a valorização e a rentabilidade de suas Cotas no longo prazo, por meio da realização do projeto e da construção de um empreendimento imobiliário com destinação hospitalar e sede administrativa no Imóvel-Alvo ("Empreendimento") e locação atípica do Imóvel-Alvo ao locatário na modalidade Built to Suit nos termos do Contrato de Locação, conforme detalhado em seu regulamento.
- (f) Nota do Tesouro Nacional Tipo B (NTN-B): A Cooperativa possui em sua carteira Notas do Tesouro Nacional Série B, um investimento da modalidade de renda fixa, cujo rendimento está atrelado à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de uma taxa de juros pré-determinada no momento da compra. As taxas adquiridas variaram entre 5,20% e 6,46%.

A Cooperativa mantém a constituição, vinculação e custódia de ativos garantidores das provisões técnicas de acordo com a RN 392/2015 da ANS atualizada pelas RN 419/2016, RN 519/2022, RN 521/2022 e RN 573/2023.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de ativos garantidores vinculados à ANS está garantindo os seguintes passivos: Provisão de Eventos a Liquidar avisados há mais de 30 dias para a operadora, Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados e Provisão de Remissão, as aplicações são assim representadas:

	2024	2023
Circulante		
Aplicações Livres	518.487	429.526
	518.487	429.526
Não Circulante		
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	309.937	321.349
Aplicações Livres	32.196	62.465
	342.133	383.814
	860.620	813.340

A exposição da Cooperativa a riscos de crédito, taxa de juros e metodologia de mensuração do valor justo está divulgada na Nota 25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

## a) Contraprestação Pecuniária a Receber

	2024	2023
Ativo circulante		
Contraprestações pecuniárias a receber:		
Planos de pré e pós-pagamento - Pessoa Jurídica	40.658	36.228
Planos de custo operacional a faturar	19.634	40.278
Planos de custo operacional	18.021	18.131
Planos de pré-pagamento - Pessoa Física	17.772	17.913
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(876)	(1.214)
	95.209	111.336
Participação em Beneficiários em eventos/Sinistros	33.069	26.376
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(3)	<u> </u>
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Intercâmbios a faturar (i)	50.307	49.675
Intercâmbios a receber (i)	47.201	30.412
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(9.668)	(9.645)
	87.840	70.442
Outros Créditos com assistência à saúde	89	77
	216.204	208.231

<sup>(</sup>i) Rubricas de Intercâmbio conforme descrito na Nota 4.11 (i).

# b) <u>Créditos de operadoras não relacionados com planos de assistência à saúde</u>

	2024	2023
Ativo circulante		
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Intercâmbio eventual	32.295	38.634
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(12.964)	(12.963)
	19.331	25.671

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde--Continuação

b) Créditos de operadoras não relacionados com planos de assistência à saúde--Continuação

Entende-se por intercâmbio eventual, os reembolsos a receber sobre os atendimentos aos usuários de outras operadoras do sistema Unimed. Existe uma tabela de cobrança definida no manual de intercâmbio da Unimed Brasil para os principais procedimentos médicos/hospitalares, sendo que, os procedimentos não inclusos nessa tabela são cobrados ao custo que a Cooperativa repassa a sua rede credenciada/cooperada acrescido de taxa administrativa.

Quando os atendimentos são realizados em unidades próprias da Cooperativa, o Contas a receber de intercâmbio eventual (ativo) é reconhecido em contrapartida de receita de assistência à saúde não relacionada com plano de saúde operadora na demonstração do resultado na conta de outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com plano de saúde operadora a faturar. Os custos incorridos nesses atendimentos são reconhecidos no resultado do exercício na conta de Eventos indenizáveis, líquidos - eventos /sinistros conhecidos ou avisados.

Quando os atendimentos são realizados com recursos de terceiros, o registro do intercâmbio eventual a receber é realizado via conta passiva de Prestadores de serviços de assistência à saúde - Não relacionados com planos de saúde da operadora, transitando somente pelo resultado do exercício a taxa de administração cobrada por atendimento.

A exposição da Cooperativa a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota 25.

## Provisão para perda sobre créditos

PPSC - Intercâmbio eventual	(12.964)	(12.963)
PPSC - Intercâmbios a receber	(9.668)	(9.645)
PPSC - Planos de pré-pagamento - Pessoa física	(800)	(1.166)
PPSC - Planos de pré e pós pagamento - Pessoa jurídica	(76)	(48)
PPSC - Participação em Beneficiários em eventos/Sinistros	(3)	· -
	(23.511)	(23.822)

2024

2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 8. Créditos tributários e previdenciários

	2024	2023
Imposto de renda a compensar / restituir (ii)	35.392	29.381
Provisão para imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	12.034	13.212
Cofins a compensar (i)	6.276	11.680
Contribuição social a compensar/restituir	2.044	1.290
PIS a compensar (i)	1.356	2.495
Imposto sobre serviços - ISSQN	301	-
Imposto de renda retido na fonte a compensar / restituir	95	75
	57.498	58.133
Ativo circulante	37.401	43.958
Ativo não circulante (iii)	20.097	14.175
	57.498	58.133

<sup>(</sup>i) A Cooperativa está realizando de forma gradativa a compensação dos Impostos Pis e Cofins, o saldo remanescente será objeto de ressarcimento no exercício de 2025

#### 9. Bens e títulos a receber

	2024	2023
Estoques	38.298	42.968
Cheques e Notas Promissórias	16.063	18.486
Adiantamento a Fornecedores (i)	11.013	6.391
–Empréstimos a coligada	111	69
Títulos a receber em discussão judicial (a)	-	1.587
(-) Perdas sobre Crédito	(11.524)	(14.924)
	53.961	54.577
Títulos a receber em discussão judicial (ii)	11.404	11.404
Outros créditos a receber a longo prazo	489	-
•	11.893	11.404
Ativo circulante	53.961	54.577
Ativo não circulante	11.893	11.404
	65.854	65.981

<sup>(</sup>i) Em 2024 a Cooperativa realizou a antecipação da Produção Médica do prestador CENTRO HOSPITALAR VALINHOS E VINHEDO – LTDA., no montante de R\$3.400, que será descontado em janeiro/2025, a variação dessa rubrica também está relacionada à obra para construção do Novo CQA (Centro de Quimioterapia Ambulatorial). Em contrapartida houve a baixa dos adiantamentos da empresa DIECE (importadora de medicamentos do CQA) no montante de R\$10.302.

<sup>(</sup>ii) Em 2022, a Cooperativa realizou uma revisão tributária que originou em um crédito de IRPJ, referente ao exercício de 2017, no montante de R\$14.856 (crédito original), e está sendo atualizado mensalmente pela taxa Selic, somando em 2024 R\$5.242 (2023 – R\$ 4.549).

<sup>(</sup>iii) Está representado substancialmente por parte do saldo de IRPJ a compensar, cuja sua utilização dará se em até 5 anos.

<sup>(</sup>ii) O montante de R\$11.404 é composto por dois processos judiciais, já transitados em julgado a favor da Cooperativa, relacionados com: (a) processo 5011007-19.2017.4.03.6100, no valor de R\$10.893, ação declaratória ajuizada pela Cooperativa em face da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com o escopo de obter provimento jurisdicional que reconhecesse a ilegalidade, a inconstitucionalidade e a inexigibilidade da cobrança de Taxa de Saúde Suplementar - TSS, onde foi pleiteado ainda, o ressarcimento dos valores pagos nos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento; e (b) processo 1044177-78.2023.8.26.0114, no valor de R\$511.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



#### 10. Investimentos

	% de		
	<u>participação</u>	2024	2023
Unimed Nacional (ii)	6,72%	28.966	11.183
Unimed Participações S.A.	1,19%	25.049	21.096
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	10,40%	21.319	17.318
Unicred do Estado de São Paulo	8,15%	12.868	11.998
Unimed Seguradora S.A.	0,22%	2.591	2.591
Federação Regional Centro Paulista	7,13%	1.152	802
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	10,60%	886	886
Unimed Campinas Participações S.A.(i)	99,90%	-	-
		92.831	65.874
		2024	2023
Em 1º de janeiro		65.874	59.125
Sobras Incorporadas ao Capital		7.470	6.501
Aumento de capital em investidas (ii)		19.487	248
Em 31 de dezembro	_	92.831	65.874

- (i) O resultado líquido da Unimed Campinas Participações S.A. para o exercício de 2024, foi positivo em R\$35 diminuindo o saldo de empréstimos com controlada para R\$29 sendo demonstrado na rubrica "empréstimos a coligadas" nota 15b. Considerando a imaterialidade dos ativos, passivos e transações dessa controlada, a administração da Cooperativa decidiu não apresentar demonstrações financeiras consolidadas, conforme permitido pelo CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas.
- (ii) A Unimed Nacional está enfrentando uma crise financeira, e por isso fez um acordo para receber um aporte de R\$ 1 bilhão de 300 cooperativas médicas regionais, com o objetivo de reequilibrar as contas e evitar uma intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Conforme decisão do colegiado ficou definido que ao longo do exercício de 2024 e 2025 aportes seriam realizados para recompor o seu patrimônio e fortalecer o balanço, o valor do aporte representa 10% das reservas técnicas das cooperativas regionais, com isso a Unimed Campinas se comprometeu a aportar o total de R\$ 28.755. Em 2024 a Unimed Campinas aportou o montante de R\$17.783, e fará aportes mensais R\$1.617 ao longo do ano de 2025 até totalizar o valor acordado. A administração da Unimed Campinas avaliou que em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para perda na realização desse investimento é necessária, haja vista que o referido aporte visa suportar o plano de negócios da Unimed Nacional para os próximos exercícios sociais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 11. Imobilizado e intangível

Cutos   Nao Hospitalares   Sa391		Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Control   Cont	Custo						-			
Terrenos   118	Imóveis - Não Hospitalares									
Imabilizado - Hospitalares   Sequipamentos de Informática   Sequipamentos de Informática   Sequipamentos de Informática   Sequipamentos   Se			-	-	-		=	-	=	
Imobilizado - Hospitalares	Terrenos		-	-	-		=	-	-	
Equipamentos de Informática Informática Instalações 675 13 688 5 683 Máquinas e Equipamentos de 11.556 1.108 (4) 4 12.664 4.587 (347) 64 16.988 Móveis e Utensilios 5.017 207 (8) 7 5.223 172 17 221 5.633 Máquinas e Equipamentos 11.556 1.108 (4) 4 12.664 4.587 (347) 64 16.988 Móveis e Utensilios 5.017 207 (8) 7 5.223 172 17 221 5.633 Móveis e Utensilios 15.2 7 15.9 - 144 303 172 17 221 5.633 Móveis e Utensilios 19.510 1.406 (12) 24 20.928 4.916 (294) 1.200 26.750 18.016 19.510 1.406 12.016		23.509	-	-	-	23.509	-	=	-	23.509
Equipamentos de Informática Informática Instalações 675 13 688 5 683 Máquinas e Equipamentos de 11.556 1.108 (4) 4 12.664 4.587 (347) 64 16.988 Móveis e Utensilios 5.017 207 (8) 7 5.223 172 17 221 5.633 Máquinas e Equipamentos 11.556 1.108 (4) 4 12.664 4.587 (347) 64 16.988 Móveis e Utensilios 5.017 207 (8) 7 5.223 172 17 221 5.633 Móveis e Utensilios 15.2 7 15.9 - 144 303 172 17 221 5.633 Móveis e Utensilios 19.510 1.406 (12) 24 20.928 4.916 (294) 1.200 26.750 18.016 19.510 1.406 12.016										
Instalações   675   -   -   13   688   5   -   -   683   684   688   6		0.110	0.4			0.404	4=0			
Máquinas e Equipamentos         11,556         1,108         (4)         4         12,664         4,587         (347)         64         16,968           Móveis e Utensilios         5017         207         (8)         7         5,223         172         17         221         5,633           Veículos         152         7         -         -         -         1,144         303           Veículos         19,510         1,406         (12)         24         20,928         4,916         (294)         1,200         26,750           Imobilizado - Não Hospitalares           Benfeitorias em Terceiros         -			84						//1	
Móveis e Utensilios         5.017         207         (8)         7         5.223         112         17         221         5.633           Veículos         152         7         2         -         159         -         -         144         303           Imobilizado - Não Hospitalares           Benfeitorias em Terceiros         - <td></td> <td></td> <td>1 100</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td></td>			1 100						-	
Note   Section   Note   Not										
Inabilizado - Não Hospitalares   Senfeitorias em Terceiros   -   -   -   -   -   -   -   -   -					,		-			
Imobilizado - Não Hospitalares   Senfeitorias em Terceiros   17.792   3.638   (54)   40   21.416   1.452   (482)   (245)   22.141   1.852   (245)   22.141   1.851   (245)   22.141   1.851   (245)   2.851   (245)	10.04.00		1.406	(12)	24		4.916	(294)		
Benfeitorias em Terceiros										
Equipamentos de Informática   17.792   3.638   (54)   40   21.416   1.452   (482)   (245)   22.141     Instalações   5.550   352   (42)   53   5.913   231   -										
Instalações   5.550   352   (42)   53   5.913   231   -   868   7.012		-						-	-	-
Máquiñas e Equipamentos         2.634         53         (42)         (39)         2.606         45         (19)         (19)         2.613           Móveis e Utensilios         4.638         94         (73)         6         4.665         208         (47)         43         4.869           Veículos         831         -         -         -         831         -         -         (144)         687           31.445         4.137         (211)         60         35.431         1.936         (548)         503         37.322           Imobilizações em Curso         Imobilizações em Curso         18.628         8.675         -         (2.994)         24.309         42.945         (12)         (8.931)         58.311           Outras Imobilizações         Benfeitorias em Terceiros         43.047         307         -         -         43.354         706         (12)         7.220         51.268           Outros         6         840         -         -         846         -         -         -         -         846           Outros         6         840         -         -         44.200         706         (12)								(482)		
Móveis e Utensílios 4.638 94 (73) 6 4.665 208 (47) 43 4.869 Veículos 831 (144) 687 (144) 6								-		
Veículos         831         -         -         -         831         -         -         (144)         687           31.445         4.137         (211)         60         35.431         1.936         (548)         503         37.322           Imobilizações em Curso         Imobilizações em Curso           Imobilizações         18.628         8.675         -         (2.994)         24.309         42.945         (12)         (8.931)         58.311           Outras Imobilizações           Benfeitorias em Terceiros         43.047         307         -         -         43.354         706         (12)         7.220         51.268           Outros         6         840         -         -         846         -         -         -         -         846           43.053         1.147         -         -         44.200         706         (12)         7.220         52.114										
Mobilizações em Curso   Imobilizações   Imobili			94	(73)	6		208	(47)		
Imobilizações em Curso         18.628         8.675         - (2.994)         24.309         42.945         (12)         (8.931)         58.311           18.628         8.675         - (2.994)         24.309         42.945         (12)         (8.931)         58.311           Outras Imobilizações           Benfeitorias em Terceiros         43.047         307          -         43.354         706         (12)         7.220         51.268           Outros         6         840          -         846         -         -         -         846           43.053         1.147         -         -         44.200         706         (12)         7.220         52.114	Veículos		-	_			-	=		
Imobilizado. em andamento   18.628   8.675   - (2.994)   24.309   42.945   (12) (8.931)   58.311   18.628   8.675   - (2.994)   24.309   42.945   (12) (8.931)   58.311   18.628   8.675   - (2.994)   24.309   42.945   (12) (8.931)   58.311   18.628   18.		31.445	4.137	(211)	60	35.431	1.936	(548)	503	37.322
Imobilizado. em andamento   18.628   8.675   - (2.994)   24.309   42.945   (12) (8.931)   58.311   18.628   8.675   - (2.994)   24.309   42.945   (12) (8.931)   58.311   18.628   8.675   - (2.994)   24.309   42.945   (12) (8.931)   58.311   18.628   18.										
Outras Imobilizações         Benfeitorias em Terceiros         43.047         307         -         -         43.354         706         (12)         7.220         51.268           Outros         6         840         -         -         846         -         -         -         846           43.053         1.147         -         -         44.200         706         (12)         7.220         52.114		40.000	0.075		(0.004)	04.000	40.045	(40)	(0.004)	50.044
Outras Imobilizações       Benfeitorias em Terceiros     43.047     307     -     -     43.354     706     (12)     7.220     51.268       Outros     6     840     -     -     846     -     -     -     846       43.053     1.147     -     -     44.200     706     (12)     7.220     52.114	imobilizado, em andamento									
Benfeitorias em Terceiros     43.047     307     -     -     43.354     706     (12)     7.220     51.268       Outros     6     840     -     -     846     -     -     -     846       43.053     1.147     -     -     44.200     706     (12)     7.220     52.114		10.020	0.075	-	(2.994)	24.309	42.945	(12)	(0.931)	50.311
Benfeitorias em Terceiros     43.047     307     -     -     43.354     706     (12)     7.220     51.268       Outros     6     840     -     -     846     -     -     -     846       43.053     1.147     -     -     44.200     706     (12)     7.220     52.114	Outras Imobilizações									
Outros         6         840         -         -         846         -         -         -         846           43.053         1.147         -         -         44.200         706         (12)         7.220         52.114		43.047	307	_	-	43.354	706	(12)	7.220	51.268
	Outros			-	-		-	` -	-	846
		43.053					706	(12)	7.220	
		·								
Total Custo         136.145         15.365         (223)         (2.910)         148.377         50.503         (866)         (8)         198.006	Total Custo	136.145	15.365	(223)	(2.910)	148.377	50.503	(866)	(8)	198.006

As imobilizações em curso em 2023 estavam substancialmente relacionadas com o Projeto de Expansão dos Serviços de Oncologia (Construção do novo serviço de oncologia para atendimento das exigências regulatórias e unificação dos serviços CQA – Centro de Quimioterapia Ambulatorial, CCO - Centro Clínico Oncológico e CIS - Centro de Infusão Sumaré), com previsão de conclusão para 2026 e o Projeto AMPLIA II (Ampliação do nosso serviço próprio para atendimento das terapias de espectro autista), concluído em fevereiro/2024. Em 2024, continuaram os investimentos com o Projeto de Expansão dos Serviços de Oncologia, além disso, iniciamos a reforma de expansão do HUC (Hospital Unimed Campinas), em que a previsão de conclusão é para 2026 e também o início da implementação do TOTVS que substituirá o atual ERP Matera.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 11. Imobilizado e intangível--Continuação

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2024
<u>Depreciação</u> Imóveis - Não Hospitalares									
Edifícios	(13.397)	(621)	-	-	(14.018)	(615)	-	-	(14.633)
	(13.397)	(621)	-	-	(14.018)	(615)	-	•	(14.633)
local-Weada Harritalana									
Imobilizado - Hospitalares Equipamentos de Informática	(1.848)	(98)		_	(1.946)	(317)	102	(18)	(2.179)
Instalações	(398)	(59)		(13)	(470)	(57)	102	(10)	(527)
Máguinas e Equipamentos	(5.439)	(1.163)	3	(5)	(6.604)	(1.505)	-	(2)	(8.111)
Móveis e Utensílios	(3.009)	(392)	8	(1)	(3.394)	(476)	-	2	(3.868)
Veículos	(101)	(31)	-	-	(132)	(47)	=	(82)	(261)
	(10.795)	(1.743)	11	(19)	(12.546)	(2.402)	102	(100)	(14.946)
Imobilizado - Não Hospitalares									
Benfeitorias em Terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de Informática	(13.713)	(1.609)	54	(20)	(15.288)	(1.818)	344	18	(16.744)
Instalações	(2.343)	(421)	40	15	(2.709)	(473)	-	-	(3.182)
Máquinas e Equipamentos	(2.142)	(98)	40	24	(2.176)	(66)	4	-	(2.238)
Móveis e Utensílios	(3.647)	(174)	72	-	(3.749)	(135)	12	-	(3.872)
Veículos	(583)	(116)		- 40	(699)	(68)	360	82 100	(685)
Outro la	(22.428)	(2.418)	206	19	(24.621)	(2.560)	360	100	(26.721)
Outras Imobilizações Benfeitorias em Terceiros	(18.090)	(2.719)		_	(20.809)	(3.981)		_	(24.790)
Defile itorias em Terceiros	(18.090)	(2.719)		<u> </u>	(20.809)	(3.981)			(24.790)
•	(10.090)	(2.7 19)			(20.009)	(3.361)	-	•	(24.730)
Total Depreciação	(64.710)	(7.501)	217	-	(71.994)	(9.558)	462	-	(81.090)
Total Imobilizado	71.435			-	76.383			-	116.916
Intangível									
<u>Custo</u> Outros	14	_	_		14	_	_	_	14
Software	20.043	1.490	(46)	2.910	24.397	1.290	(1)	8	25.694
Total Custo	20.043	1.490	(46)	2.910	24.411	1.290	(1)	8	25.708
Total Gusto	20.001	1.400	(40)	2.010	27.711	1.200	(.)		20.700
<u>Amortização</u>									
Software	(15.686)	(1.599)	46	-	(17.239)	(2.212)	1	•	(19.450)
Total Amortização	(15.686)	(1.599)	46	-	(17.239)	(2.212)	1	-	(19.450)
Total Intangível	4.371			-	7.172				6.258
Total Geral Custo Imobilizado +									
Intangível	156.202	16.855	(269)	-	172.788	51.793	(867)	-	223.714
Total Geral Depreciação + Amortização	(80.396)	(9.100)	263	-	(89.233)	(11.770)	463	-	(100.540)
Total Geral Imobilizado + Intangível	75.806			<u>-</u>	83.555			. <u>-</u>	123.174
·				_				-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 11. Imobilizado e intangível -- Continuação

O montante de R\$11.770 (2023 - R\$9.100) referente à despesa de depreciação e amortização, foi reconhecido no resultado em "Despesas administrativas", no montante de R\$5.478 (2023 - R\$4.716) e em "Eventos/Sinistros Conhecidos ou avisados, o montante de R\$6.292 (2023 - R\$4.384).

#### Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

Composição e movimentação dos Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos:

_	01/01/2024	Remensuração	Adições	Amortização	31/12/2024	_
<b>Direito de uso de ativos</b> Aluguel de Imóveis Administrativos e				()		•
Assistenciais	30.639	1.655	192	(5.099)	27.387	-
Total no ativo	30.639	1.655	192	(5.099)	27.387	-
Passivos de arrendamento	01/01/2024	Remensuração	Adições	Juros	Pagamentos	31/12/2024
Passivo	33.304	1.655	192	3.603	(7.890)	30.864
Total no Passivo	33.304	1.655	192	3.603	(7.890)	30.864
Direito de uso de ativos	01/01/2023	Remensuração	Adições	Amortização	31/12/2023	
Aluguel de Imóveis Administrativos e	20.205	2.714	0.422	(4.514)	20 620	
Assistenciais	30.305		2.133	(4.514)	30.639	-
Total no ativo	30.305	2.714	2.133	(4.514)	30.639	•
Passivos de arrendamento	01/01/2023	Remensuração	Adições	Juros	Pagamontos	31/12/2023
arremainento	0 1/0 1/2023	Nemensuração	Auições	Jui 05	Pagamentos	31/12/2023
Passivo	32.056	2.714	2.133	3.433	(7.033)	33.304
Total no Passivo	32.056	2.714	2.133	3.433	(7.033)	33.304

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 11. Imobilizado--Continuação

<u>Direito de Uso de Passivo de arrendamentos</u>--Continuação

Modalidade	Taxa de juros incremental	Vencimento
Contratos de aluguel de imóvel Assistencial (5 contratos)	Taxa de juros de 11,70% a.a.	Vencimentos variam de mai/27 a set/31
Contratos de aluguel de imóvel Administrativa (2 contratos)	Taxa de juros de 11,70% a.a.	Vencimentos de out/26 a set/31

Os saldos estimados de passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 a pagar registrados tem a seguinte composição de vencimento por ano:

	Valor Presente	Valor Nominal
2025	8.393	8.033
2026	6.384	7.965
2027	5.227	7.285
2028	4.150	6.460
2029	3.522	6.124
2030	1.907	3.705
2031	1.281	2.779
	30.864	42.351

#### 12. Provisões técnicas

	2024	2023
Provisão para eventos a liquidar (a)	149.411	161.676
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (b)	126.599	123.386
Provisão para benefícios concedidos (remissão) circulante e não circulante	12.661	13.023
Eventos/sinistros a liquidar para SUS- circulante	2.113	2.548
	290.784	300.633
Passivo circulante	283.480	293.054
Passivo não circulante	7.304	7.579
	290.784	300.633

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 12. Provisões técnicas--Continuação

#### a) Provisões para eventos a liquidar

Os eventos a liquidar são assim segregados:

	2024	2023
Hospitais e pronto-socorro	60.700	75.394
Médicos cooperados	47.518	45.592
Laboratórios	14.246	9.391
Pessoas jurídicas cooperadas	9.735	8.115
Clínicas de imagem	8.306	8.858
Intercâmbios UNIMED	4.678	6.276
Clínicas	2.232	5.993
Day Hospital	1.274	1.344
Pessoas físicas credenciadas	721	713
	149.410	161.676

#### b) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA e PEONA SUS)

A PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados é constituída para cobrir os eventos que já tenham ocorrido para os quais a Cooperativa não recebeu o aviso de ocorrência de sua rede de atendimento.

O cálculo é efetuado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial da Cooperativa - NTA P devidamente aprovada pela DIOPE. A PEONA é estimada com base em triângulos de *run-off* mensais, partindo do pressuposto de que os avisos referentes a eventos ocorridos nos últimos 12 meses ocorrerão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrência anteriores.

A Cooperativa possui nota técnica atuarial para a PEONA, a qual foi aprovada pela ANS por meio do ofício nº 1950/2014/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS, de outubro de 2014.

A PEONA SUS - Provisão para eventos ocorridos e não avisados do Sistema Único de Saúde está 100% contabilizada em conformidade com o valor divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS em seu sítio eletrônico da ANS, e o fator individual corresponde a 66% do total de eventos avisados nos últimos 24 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2022

2024

# 13. Débitos de operações de assistência à saúde e conta corrente de cooperados

## a) Débitos de operações de assistência à saúde

	2024	2023	_
Contraprestação de corresponsabilidade transferida (i)	44.053	40.687	
Comercialização sobre operações de assistência médica	1.157	1.049	
Contraprestação pecuniária a restituir	1.157	753	
Outros débitos de operações com planos de assistência	114	178	
	46.481	42.667	-

<sup>(</sup>i) Os débitos de operações de assistência à saúde são registrados pelo valor integral cobrado pela Unimed prestadora referente aos atendimentos em corresponsabilidade

#### b) Conta corrente de cooperados

Refere-se a valores complementares a pagar aos cooperados e que será liquidado no mês subsequente no montante de R\$5.529 (R\$5.462 - 2023) em 2024 não houve antecipação de sobras (R\$33.287 - 2023).

# 14. Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora

<u>Intercâmbio eventual:</u> trata-se dos valores a pagar aos prestadores de serviços dos atendimentos realizados aos usuários de outras operadoras do sistema Unimed Brasil, no montante de R\$7.884 (2023 - R\$8.798).

# 15. Provisões e Tributos e encargos sociais a recolher e Débitos diversos

#### a) Tributos e encargos sociais a recolher

	2024	2023
Tributos e contribuições		
PIS /COFINS e demais tributos a pagar	12.262	10.293
INSS a pagar	5.302	4.617
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.435	1.561
	18.999	16.471
Retenções de tributos e contribuições		
Imposto de Renda Retido na Fonte	38.979	49.275
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.805	1.977
INSS	4.746	4.409
COFINS a pagar	3.230	2.990
ISSQN	2.715	2.406
Contribuição Social a pagar e PIS a pagar	1.775	1.644
	57.250	62.701
	76.249	79.172

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 15. Provisões e Tributos e encargos sociais a recolher e Débitos diversos - Continuação

#### b) Débitos diversos

	2024	2023
Fornecedores	63.014	68.423
Arrendamento Mercantil - nota 11	30.864	33.304
Salários e encargos	26.387	25.443
Honorários jurídicos	9.371	8.692
Outros	8.862	6.595
Empréstimos a coligadas	29	65
	138.527	142.522
Passivo circulante	101.831	104.575
Passivo não circulante	36.696	37.947
	138.527	142.522

# 16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos

A Cooperativa é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, fiscais/tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial os quais, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

Tendo em vista a complexidade da legislação fiscal vigente, que inclui inúmeros aspectos subjetivos e/ou sujeitos a contestações judiciais e fiscais acerca da tributação nas sociedades cooperativas, vem sendo constituída provisão para fazer face às obrigações legais ou as perdas prováveis com essas questões, devendo ser mantida até que haja decisão judicial final da qual não caiba mais nenhum recurso. As provisões para perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais.

As movimentações dos saldos das provisões e depósitos judiciais, estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos--Continuação

## a) Movimentação das provisões (passivo não circulante)

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	58.306	8.084	123.462	189.852
Provisão Novos depósitos Provisão	1.585	6.725	1.382	9.692
Reversões Atualização monetária / juros	(6.640) 4.929	(8.173) 952	15.479	(14.813) 21.360
Saldo em 31 de dezembro de 2023	58.180	7.588	140.324	206.092
Provisão (i) e (ii) Reversões de provisões Pagamentos por perda de processos Atualização monetária/Juros	10.987 (8.343) 8.170	3.155 (6.022) 676	241.131 (10.144) (10.267) 7.049	255.273 (24.509) (10.267) 15.895
Saldo em 31 de dezembro de 2024	68.994	5.397	368.093	442.484

<sup>(</sup>i) Em 2024, conforme determina a política da Cooperativa de contingências cíveis, seguindo a regra do CPC 25, a Cooperativa obteve sentença desfavorável em alguns processos, após o pronunciamento do mérito, ocasionando a devida provisão contábil do valor corrigido.

#### b) Movimentação dos depósitos judiciais (ativo não circulante)

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.412	107	164.613	179.132
Novos depósitos Depósitos resgatados	4.641	283	1.374	6.298
Reversões (i)	(805)	(176)		(981)
Atualização monetária / juros	2.731	( - /	14.343	17.074
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.979	214	180.330	201.523
Novos depósitos Depósitos resgatados	11.828 (6.656)	508 (169)	1.500 (17.502)	13.836 (24.327)
Baixa por perda de processos (i) Atualização monetária / juros	911		(13.275) 8.016	(13.275) 8.927
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.062	553	159.069	186.684

<sup>(</sup>i) Em 2024, a Cooperativa obteve êxito nos autos de infração e imposição de multa lavrados pela municipalidade de Indaiatuba (2006 a 2007, 2009 a 2012 e 2016 a 2017) relativos ao não pagamento do ISSQN sobre as contraprestações emitidas de operações de assistência à saúde, no montante de R\$11.364. Também, obteve êxito em relação ao processo na municipalidade de Campinas (competência 2004), no montante de R\$4.360. Por outro lado, a Cooperativa obteve decisão desfavorável em última instância em relação ao processo de COFINS sobre o ato auxiliar (competências 1999 a 2005) e determinado outro processo judicial, nos montantes de R\$10.267 e R\$ 3.008, respectivamente, revertendo, portando, os referidos depósitos e provisões, quando constituídas, quando aplicável.

<sup>(</sup>ii) Em setembro de 2024, a Cooperativa obteve decisão desfavorável nos autos de infração referente ao ISSQN da municipalidade de Campinas, incidente sobre o faturamento nas competências de 2000 a 2003, o STJ acolheu o recurso da Prefeitura e determinou a execução fiscal, no montante atualizado de R\$ 98.011. Ainda, a Cooperativa possui outros dois processos na mesma natureza/tese, referente as competências de 1995 a 2000, no montante corrigido de R\$ 120.244. Diante dessas alterações de fatos em circunstância ocorridas no exercício de 2024, a administração da Cooperativa, suportada por seus consultores jurídicos, reconheceu provisão para contingências para fazer face a essas prováveis perdas, no montante de R\$ 218.255. Ainda, relacionado a essa provisão a Cooperativa reconheceu provisão dos honorários de sucumbência, no montante de R\$ 21.826 nessa rubrica. Ainda, existem também processos provisionados de ISSQN do período de 1990 a 2003 que possuem garantias e carta/seguros fiança no montante de R\$ 115.707 (2023 - R\$106.907).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos--Continuação

#### c) Natureza das principais provisões

#### c.1) Fiscais

Tributos e encargos federais em 31 de dezembro de 2024 de R\$346.267 (2023 - R\$140.324) correspondem a:

- (i) Discussão judicial quanto à tributação pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos atos cooperativos auxiliares e rendimentos das aplicações financeiras, referente ao ano calendário de 2003, no montante de R\$3.618 (2023 R\$3.510).
- (ii) Refere-se à:(i) cobrança do Finsocial sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares; (ii) cobrança da COFINS sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares; (iii) majoração da base de cálculo da COFINS (inclusão das receitas financeiras e outras receitas operacionais). O saldo provisionado totaliza em 2024 R\$6.608 (2023 R\$16.434).
- (iii) Discussão quanto à incidência do PIS sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares e sobre a majoração da base de cálculo do PIS (inclusão das receitas financeiras e outras receitas operacionais), no montante de R\$58.946 (2023 R\$54.685).
- (iv) Ação judicial impetrada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), referente à cobrança desse tributo sobre a produção médica e autônomos, referente aos períodos de 1996 a 1999, no montante de R\$56.553 (2023 R\$54.432).
- (v) Conforme nota 16a(ii) processo judicial referente ao ISSQN municipalidade de Campinas no montante de R\$ 218.255, relacionado a essa provisão a Cooperativa reconheceu provisão dos honorários de sucumbência no montante de R\$ 21.826 nessa rubrica.

A Cooperativa possui ainda outros processos fiscais provisionados, no montante de R\$2.287 (2023 - R\$11.263).

#### c.2) Trabalhistas

A Cooperativa constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) Horas extras; (ii) Intervalo intrajornada (almoço); (iii) Adicional de Insalubridade; (iv) Responsabilidade trabalhista subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos--Continuação

- c) Natureza das principais provisões--Continuação
  - c.3) Cíveis

Referem-se, principalmente, a pedidos judiciais de revisões contratuais e indenizações de clientes.

Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

#### d) Passivos contingentes, não reconhecidos no balanço

A Cooperativa está se defendendo de ações de natureza fiscal, cíveis e trabalhistas, sob as quais ainda há de ser confirmado se terá ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos, portanto com chance de perda classificada como possível pelos seus consultores jurídicos, conforme a seguir:

	2024	2023
Cíveis	214.582	198.524
Trabalhistas	26.543	19.485
Tributárias / fiscais (i)	223.727	795.600
	464.852	1.013.609

A variação significativa no exercício de 2024 com relação às ações de natureza tributárias e/ou fiscais, ocorreu devido a mudança de prognóstico de três processos detalhados na Nota 16a(ii), estando as demais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, representadas por:

- (i) A Cooperativa foi autuada pela não emissão das notas fiscais referente ao período setembro/2004 a dezembro/2005 conforme AIM 643/2010, os advogados consideram esse processo no valor de R\$ 173.454 com prognóstico de risco de perda possível devido ao andamento do processo, com garantias e/ou carta/seguros fiança, no valor R\$50.436 (2023 R\$46.431).
- (ii) Compensações de 2003 a 2021 de Impostos de Renda Retidos na Fonte (IRRF), IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, totalizando R\$42.403 (2023 R\$41.051), R\$2.151 (2023 R\$2.071) e R\$5.719 (2023 R\$5.645), respectivamente. O processo 5011061-57.2023.4.03.6105 IRRF possui garantia R\$5.133.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 17. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social é ilimitado quanto ao máximo de quotas, variando conforme o número de quotas subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a 3.485 quotas.

A quota-parte é individual e intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Entretanto, depois de integralizada, poderá ser transferida entre os cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral e pagamento da taxa de 5% sobre o seu valor, respeitando o limite máximo de um terço do valor do capital subscrito para cada cooperado.

O cooperado obriga-se a subscrever quotas-partes, quando de sua admissão, com pagamento à vista ou parcelado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve aumento de capital por subscrição relativo a ingresso de novos cooperados no montante de R\$ 13.995 (2023 - R\$ 11.040) sendo o valor de R\$ 4.401 a integralizar (2023 - R\$ 3.879), deduzido das devoluções referente a demissões ou exclusões por falecimento, no montante de R\$18.556 (2023 – R\$ 2.843) apresentando o saldo acumulado de R\$384.995 (2023 R\$393.958).

O capital social integralizado pode ser remunerado com juros de até 12% a.a., conforme determina o Estatuto Social da Cooperativa.

#### Juros sobre o Capital social

Diferentemente das Sociedades Anônimas em relação aos Juros Sobre o Capital Próprio, previstos no art. 9º da Lei nº 9.249/95, calculados sobre o patrimônio líquido e que possui característica de dividendos, em que a CVM orienta a reversão do valor na última rubrica do resultado conforme deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, não há previsão para reversão dos juros sobre o capital social das cooperativas, que por sua vez não têm a característica de pagamento de dividendos, uma vez que as sociedades cooperativas apenas são autorizadas a atualizarem o valor do capital social até o limite de 12% ao ano, mas não podem, de forma alguma, distribuir dividendos. Se, porventura, vierem a ter sobras, de acordo com o art. 4º, inciso VII da Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício deverão retornar, proporcionalmente, às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Em 2024 não foi registrado juros sobre o capital social (2023 a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, atualizando-as em 4,4% no montante de R\$13.445).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Reservas de sobras

São constituídas anualmente pelos seguintes fundos, em conformidade com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei Cooperativista nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

#### b.1) Fundo de reserva

É constituído pela apropriação de 10% da sobra líquida dos atos cooperativos principais apurada em cada exercício social e destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer. É indivisível entre os cooperados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante das sobras destinadas ao Fundo de reserva foi de R\$1.267 (2023 - R\$2.930), apresentando saldo acumulado de R\$77.856 (2023 - R\$76.589).

Adicionalmente, conforme prevê o Estatuto Social, além do percentual de 10%, reverte em fundo de reserva os valores não reclamados pelos cooperados decorridos cinco anos, em 2024 não houve reversão (2023 - R\$62).

#### b.2) Fundo/Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES/RATES)

Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) é constituído através da destinação de 5% das sobras líquidas do exercício dos atos cooperativos principais e pelo resultado integral apurado nos atos cooperativos auxiliares e não cooperativos. O Fundo é indivisível e destina-se à prestação de assistência aos cooperados e seus dependentes legais e aos empregados da Cooperativa. No caso de liquidação e dissolução da Cooperativa, o referido Fundo terá destinação que for aprovada em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante das sobras destinadas ao FATES/RATES corresponde a R\$872 (2023 - R\$77.871), apresentando saldo acumulado de R\$195.629 (2023 - R\$238.681).

#### c) Reservas estatutárias

#### c.1) Reserva AGE - FINSOCIAL e COFINS

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2001, foi deliberado que o montante de R\$4.012, que estava registrado como contas a receber de cooperados, fosse integralmente compensado com a reserva de sobras inflacionárias, e o reembolso por essas perdas foi recebido dos cooperados em até 24 parcelas, a partir do mês de agosto de 2001.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 17. Patrimônio líquido--Continuação

## c) Reservas estatutárias -- Continuação

#### c.1) Reserva AGE - FINSOCIAL e COFINS--Continuação

Os valores das parcelas recebidas estão registrados nessa reserva e sua utilização é restrita ao (i) pagamento, caso seja exigido, das contribuições ao Finsocial e COFINS do período de janeiro de 1990 a outubro de 1995, que foram objeto de autos de infração e estão em discussão judicial; (ii) aumento do capital social; ou (iii) outra destinação mediante aprovação em Assembleia Geral de Cooperados. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$3.856.

#### c.2) Fundo de reserva expansão CQA (Centro de Quimioterapia Ambulatorial)

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de março de 2023, foi deliberado a constituição do fundo de expansão do CQA, pelo montante de R\$38.004, mediante reversão da reserva "Riscos Fiscais" (ISSQN), no montante de R\$13.978, e capitalização das sobras do exercício de 2022, no montante de R\$24.026. No exercício de 2024, esse fundo de reserva foi complementado mediante reversão da reserva "Risco fiscais", no montante de R\$3.134, e constituição de reserva estatutária no valor de R\$3.025 totalizando em 31 de dezembro de 2024 uma reserva de R\$44.163 (2023 – R\$ 38.004).

#### c.3) Reserva AGO - Riscos fiscais

Corresponde à apropriação de sobras de exercícios anteriores, conforme determinado em Assembleias Gerais Ordinárias de cooperados, as quais foram retidas para fazer face a eventuais desembolsos decorrentes de efeitos adversos das discussões das contingências fiscais envolvendo a Cooperativa.

#### c.4) Outras reservas

Corresponde à constituição de reserva relacionada com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante R\$11.400, a qual foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 10 de março de 2014, bem como o montante de R\$1.736, referente ao saldo da distribuição deliberada na Assembleia Geral Ordinária de 29 de março de 2011. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2024 é R\$11.399 (2023 - R\$11.721).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Reservas estatutárias -- Continuação

## c.5) Reservas inflacionárias

Estão representadas pelo montante acumulado remanescente das transferências do saldo da correção monetária do balanço, nos termos da Resolução Conselho Nacional do Cooperativismo nº 27, a qual foi extinto em 1991, com a revogação do decreto que constitui esse conselho, pelo Decreto do Poder Executivo, sem número, de 5 de setembro de 1991. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$1.885.

#### d) Recomposição do Resultado

Os efeitos dos gastos relativos ao FATES/RATES e as Reservas Estatutárias, estão registrados em despesas administrativas conforme Nota Explicativa nº 20, em atendimento ao ITG2004. As anulações dos efeitos destes registros transitando por resultado, mas tendo como origem os recursos dos fundos, estão sendo apresentados conforme quadro abaixo, em atendimento à Lei nº 5.764/71 que define a política nacional de Cooperativismo.

	2024			
			Atos não	
	Principais	Auxiliares	cooperativos	Total
(Déficit) Superávit Liquida do Exercício (+/-) Ajustes no Resultado	(30.848)	(109.199)	111.738	(28.309)
(+) Reversão do FATES/RATES (-) Atualização Reserva CQA	43.382	537	5 (3.025)	43.924 (3.025)
(+) Reversão Reserva AGE	139	180	(3.023)	321
Saldo a Destinar (-) Fundo de Reserva 10%	12.673 (1.267)	(108.482) -	108.720	12.911 (1.267)
(-) FATES estatutário 5% (-) FATES Resultado com não associados	(634) -	- 108.482	- (108.720)	(634) (238)
Sobras e Perdas a Disposição da AGO	10.772	-	-	10.772
		20	023	
	Principais	Auxiliares	Atos não cooperativos	Total
(Déficit) Superávit Liquida do Exercício (+/-) Ajustes no Resultado	(2.017)	708	77.878	76.569
(+) Reversão do FATES/RATES (-) Atualização Reserva CQA	31.181 -	796 -	8 (3.135)	31.985 (3.135)
(+) Reversão Reserva AGE	129	150	2	281
Saldo a Destinar (-) Fundo de Reserva 10% (-) FATES estatutário 5%	29.293 (2.930) (1.464)	1.654	74.753	105.700 (2.930) (1.464)
(-) FATES (statutario 57/6 (-) FATES/RATES Resultado com não associados	-	(1.654)	(74.753)	(76.407)
Sobras e Perdas a Disposição da AGO	24.899	-	<u>-</u>	24.899

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 17. Patrimônio líquido--Continuação

# d) Recomposição do Resultado--Continuação

Conforme previsto na Lei Nº 5.764, os resultados das operações das cooperativas com não associados, que abrange os atos cooperativos auxiliares e não cooperativos, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.

# 18. Receita operacional, líquida - Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde

	Total	
	2024	2023
Contraprestações líquidas Variação das provisões técnicas	3.685.343 362	3.197.079 (344)
Total de receita bruta	3.685.705	3.196.735
Menos: Tributos sobre vendas	(99.293)	(82.157)
Total de receita operacional	3.586.412	3.114.578

# 19. Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

	Total	
	2024	2023
Despesas com Eventos / Sinistros Despesas com Eventos/Sinistros - Judicial (-) Recuperação por Reembolso do Contratante (-) Recuperação por Co-Participação (-) Glosas	(3.615.901) (78.398) 440.214 141.169 53.548	(3.253.253) (50.514) 458.131 123.736 48.321
Total eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(3.059.368)	(2.673.579)
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(3.213)	(6.646)
Eventos Indenizáveis Líquidos/ Sinistros Retidos	(3.062.581)	(2.680.225)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 20. Despesas administrativas

Total	
2024	2023
(244.836)	(5.518)
(150.850)	(148.052)
(53.338)	(41.615)
(46.624)	(36.656)
(36.360)	(30.672)
(27.133)	(25.419)
(965)	(655)
(560.106)	(288.587)
	2024 (244.836) (150.850) (53.338) (46.624) (36.360) (27.133) (965)

<sup>(</sup>i) Refere-se substancialmente a gastos relativos à utilização do FATES/RATES, no montante de R\$43.924, conforme Nota 17(d).

#### a) Despesas com pessoal

	Total	
	2024	2023
Despesas com empregados	(84.157)	(84.034)
Despesas com encargos sociais	(31.337)	(30.368)
Despesas com administração	(11.975)	(11.242)
Despesas com programa de alimentação	(9.645)	(8.644)
Despesas com assistência médica	(8.566)	(6.803)
Despesas com indenizações	(2.539)	(4.353)
Outras despesas	(1.723)	(1.508)
Despesas com transporte	(806)	` (886 <sup>°</sup> )
Despesas com formação profissional	(102)	(214)
, ,	(150.850)	(148.052)

#### b) Despesas (receitas) com tributos

	Total	
	2024	2023
Provisão para contingências tributárias (i)	(233.771)	2.274
Contribuições	(6.160)	(6.084)
Demais despesas com tributos (ii)	(4.603)	(905)
Pis Folha Pagamentos	(823)	(803)
Recuperação Pis/Cofins sobre receitas financeira anos anteriores	521	` -
	(244.836)	(5.518)

<sup>(</sup>i) Referente substancialmente a provisão ISSQN municipalidade de Campinas, conforme detalhamento na nota 16a(ii).

<sup>(</sup>ii) Baixa de créditos sem expectativa de utilização de PIS/Cofins.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 21. Outras receitas (despesas) operacionais de planos de assistência à saúde

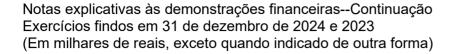
	Total	
	2024	2023
Outras Receitas	5.522	8.257
Comissões e Agenciamentos	4.410	4.212
Benefício Família	3.573	3.525
Provisão Contratos Custo Operacional	727	(277)
Inscrições e confecção carteiras	533	`547 <sup>′</sup>
Recuperação Perdas de Clientes	371	210
Remoção Aeromédica	22	-
Déficit - Apuração Contratos PJ	(477)	(950)
	14.681	15.524

# 22. Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar; Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora; Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

Referem-se às receitas e despesas de atendimentos de intercâmbios realizados pela Unimed Campinas aos usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed conforme a seguir:

a) Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar e Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora

	Total	
	2024	2023
Receitas de atendimento de intercâmbio realizados pela Unimed Campinas aos		
usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed	51.962	31.946
Intercambio Eventual	41.977	50.436
Receitas Serviços Próprios - PCMSO	5.618	5.315
Outros	739	326
Tributos	(1.703)	(1.911)
	98.593	86.112





# 22. Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar; Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora; Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde--continuação

# b) <u>Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora</u>

	Total	
	2024	2023
Despesas de atendimento de intercâmbio realizados pela Unimed Campinas aos		
usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed	(49.540)	(57.678)
Despesas com serviço próprio (i) - Ociosidade	(24.580)	(26.988)
Intercâmbio Eventual - Glosas	(14.349)	(22.320)
Custos PCMSO	(3.113)	(2.542)
Outros	(1.020)	(1.232)
	(92.602)	(110.760)

<sup>(</sup>i) A capacidade ociosa é aquela parte do recurso que está disponível para uso, mas que, por alguma razão, não está sendo efetivamente utilizada, logo, acarretando custos de ociosidade. Os valores são referentes a apuração dos serviços do Hospital da Unimed Campinas (HUC) R\$19.762 e Clínica de Atendimento ao Autismo (AMPLIA) R\$4.818.

#### c) Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	Total	
	2024	2023
Licença Remunerada (i)	(32.135)	(31.214)
Remuneração variável Bem Mais (iii)	(22.522)	(9.350)
Perdas de contas a receber	(13.206)	(9.566)
Contingências cíveis	(4.448)	2.428
Plano Auxílio Incapacidade Temporária -PAIT	(2.559)	(3.069)
Plano Auxílio Maternidade -PAMA	(1.373)	(1.229)
Despesas com cobrança bancárias	(1.338)	(1.350)
Confecção de carteiras e livros de credenciamento	(1.074)	(1.266)
Pagamento aos cooperados (ii)	<u>-</u>	(45.180)
Outras despesas	(10.149)	(710)
	(88.804)	(100.507)

<sup>(</sup>i) Licença Remunerada: benefício que permite ao Cooperado se afastar das atividades médicas por um período de 20 dias corridos e ininterruptos, podendo ser os 20 primeiros dias do mês ou os 20 últimos.

<sup>(</sup>ii) Para maiores informações, vide Nota 27.

<sup>(</sup>iii) A Remuneração do Bem Mais é o programa de bonificação do médico cooperado. A remuneração é definida com base em metas trimestrais elaboradas sob três grandes pilares: sustentabilidade financeira, satisfação do cliente e qualidade assistencial. No primeiro e segundo trimestre de 2024, as metas foram alcançadas, sendo distribuído entre os cooperados o montante de R\$22.522.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 23. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas de aplicações financeiras	92.390	100.228
Receitas financeiras com operações de assistência a saúde	10.774	9.912
Juros - depósitos judiciais	9.281	12.835
Atualização Selic - Perdcomp's	1.580	5.314
Descontos obtidos/Outras receitas	989	681
Total receitas financeiras	115.014	128.970
Atualização monetária passiva - Contingências	(15.438)	(12.232)
Aplicações financeiras	(8.541)	(0.704)
Despesas Financeiras com Arrendamento Mercantil	(3.603)	(3.724)
Descontos Concedidos	(2.243)	(2.434)
Juros sobre capital social (i)	-	(15.229)
Outras despesas	(297)	(2.004)
Total despesas financeiras	(30.122)	(35.623)
Resultado financeiro líquido	84.892	93.347

<sup>(</sup>i) Em 2023 a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras pelo valor bruto e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado conforme nota 17(a).

# 24. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Reconciliação da taxa efetiva

	Total	
	2024	2023
Resultado antes dos impostos e participações	(24.256)	117.173
Imposto calculado a alíquota nominal 34%	8.247	(39.839)
Resultado de atos cooperativos Outras adições/exclusões (i)	(10.051) 713	(405) 1.435
Encargo fiscal	(1.091)	(38.809)
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferido	(47.054) 45.963	(41.247) 2.438
	(1.091)	(38.809)

<sup>(</sup>i) Em 2023 a Cooperativa passou a usufruir dos benefícios fiscais da lei nº 11.196/05 - Lei do Bem, onde foram analisados um total de 12 projetos de atividades de inovação tecnológica. O valor da exclusão do benefício correspondeu a 60% do benefício elegível sendo R\$1.649 excluído direto da base de tributável de IR/CS e reduzindo o valor do imposto de IR/CS em R\$561. Em 2024 o valor da exclusão aumentou para 80% sendo R\$2.531 excluído direto da base e o valor do imposto de IR/CS em R\$860.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 24. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

# a) Reconciliação da taxa efetiva

Os atos cooperativos principais não constituem base de cálculo dos impostos, razão pela qual a Cooperativa efetua a demonstração do resultado apurando o resultado tributável originado pelo ato cooperativo auxiliar e não cooperativo.

#### b) Tributos diferidos ativos

	2024	2023
Ativo de imposto diferido (i) Passivo de imposto diferido	97.272 (29.349)	46.500 (24.540)
Ativo de imposto diferido (líquido)	67.923	21.960

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o imposto diferido (ato cooperativo auxiliar e ato não cooperativo) é composto por:

	2024	2023
Provisão para contingências tributárias	43.065	(1.366)
Provisão para contingências cíveis	13.975	11.784
Provisão para perda sobre crédito	7.038	7.611
Outras provisões e atualizações	1.491	1.349
Provisão para contingências trabalhistas	979	1.400
Atualização monetária tributos exigíveis	667	509
Provisão para honorários advocatícios	634	673
PAT - Excedente	74	-
	67.923	21.960

<sup>(</sup>i) Refere-se substancialmente ao fato mencionado na 16a(ii), em 2024 a Cooperativa reconheceu a provisão de contingência tributária relativo ao ISSQN, o que resultou em um montante de R\$37.103 reconhecida nessa rubrica do ativo imposto diferido

#### 25. Instrumentos financeiros

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros

#### Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 25. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros--

#### Riscos de crédito

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira por meio de políticas específicas definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O Departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado por meio de boleto bancário ou crédito em conta corrente.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

		Valor contábil	
-	Nota	2024	2023
Aplicação Financeira em Fundo dedicado a Saúde Suplementar	6	499.908	412.484
Contas a receber e outros créditos	7	216.204	208.231
Depósitos judiciais, incluindo aqueles classificados no passivo como			
redutor de provisão para contingências	16	186.684	212.927
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	6	131.608	44.817
Letras financeiras - títulos privados e públicos	6	113.379	135.036
Nota do Tesouro Nacional tipo B (NTN-B)	6	109.761	51.163
Créditos de operadoras de assistência à saúde não relacionados			
aos planos de saúde da operadora	7	32.295	38.634
Aplicações - SAC	6	4.796	-
Fundo Imobiliário	6	1.168	1.105
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6	-	168.735
	· -	1.295.803	1.273.132

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 25. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros--Continuação

Riscos de crédito--Continuação

Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito do contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 528/22 emitida pela ANS, bem como pela Resolução Normativa RN 472 da ANS, de 29 de setembro de 2021, que determinou pela aplicação CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 4.18) que estabelece a constituição da provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

#### Recibo de Depósito Cooperativo

A Cooperativa possui aplicação em RDC recibo de depósito cooperativo, título escritural de investimento financeiro que se assemelha ao CDB - Certificado de Depósito Bancário, ou RDB - Recibo de Depósito Bancário da UNICRED, sendo o principal instrumento de captação de recursos das Instituições Financeiras Cooperativas. A Administração classifica o papel como de baixo risco de crédito, classificado com o rating A- (bra) da agência Fitch e não espera que a contraparte falhe na liquidação de suas obrigações. Faz parte da política e processo de gestão de riscos, o monitoramento do score de risco e *rating* das principais instituições.

#### Certificado de Depósito Bancário (CDB)

A Cooperativa possuía aplicação em CDB em bancos de primeira linha com classificação de risco baixa. A Administração classifica o papel como de baixo risco de crédito e não espera que a contraparte falhe na liquidação de suas obrigações. As aplicações foram resgatadas em 2024 e aplicadas em diversas outras operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 25. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros--Continuação

Riscos de crédito--Continuação

#### Debêntures

A Cooperativa mantém em sua carteira debêntures emitidas pela Cosan e pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Esses títulos de dívida corporativa possuem rendimentos pósfixados atrelados ao CDI, com taxas de CDI+1,25%, CDI+3,19% e CDI+3,20%, adquiridos para diversificação e rentabilidade.

No que se refere ao risco de crédito, a Administração classifica essas debêntures como de baixo risco, com base nos ratings de crédito 'AA+' das empresas emissoras, que indicam alta capacidade de honrar suas obrigações financeiras. O monitoramento contínuo é realizado para assegurar que os títulos permaneçam alinhados às diretrizes de gestão de risco e à política de investimentos da Cooperativa.

#### Letras Financeiras do Tesouro Nacional

No que tange a aplicações financeiras em títulos do Tesouro Nacional (LFT/LTN) a Cooperativa avalia o risco de crédito como baixo, pois esses papéis são de risco soberano, com garantia de liquidação do Governo Federal.

#### Fundos de Investimentos

A Administração classifica estes fundos como de baixo risco de crédito, pois são de renda fixa com uma política de investimento bem restrita, sendo destinados a Ativos Garantidores da ANS, giro do caixa (disponibilidades) e investimentos imobiliário de longo prazo.

#### Risco de liquidez

A previsão e gestão do fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e com risco de conjuntura, mercado e crédito dentro da política de investimentos aprovada pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 25. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros--Continuação

#### Capital Baseado em Risco

A partir de 01 de janeiro de 2023, em conformidade com a RN 569/2022, entrou em vigor novos critérios para definição do capital regulatório (limite mínimo de patrimônio líquido ajustado a ser observado a qualquer tempo) das operadoras de planos de assistência à saúde, em substituição a metodologia aplicada pela Margem de Solvência até então regida pela RN 526/2022.

O Capital Regulatório é definido pelo maior montante entre o Capital Base (montante fixo a ser observado a qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das reguladas, como disposto no Anexo I da RN 569) e o Capital Baseado em Riscos.

A nova metodologia consiste em parâmetros para cálculo das parcelas referentes aos riscos de subscrição (CRS); crédito (CRC); operacional, incluindo o legal (CRO) e de mercado (CRM) detalhados, respectivamente, nos Anexos IV, V, VI e VII da RN 569/22.

A Cooperativa efetuou os cálculos com base nessa nova metodologia, conforme a seguir:

	2024	2023
Capital Base	557	534
Capital Baseado em Risco	507.469	439.024
Capital Regulatório	507.469	439.024
Patrimônio Líquido Ajustado	648.246	736.871
Suficiência do PLA em relação ao CBR % PLA em relação ao Capital de Risco	Suficiente 28%	Suficiente 68%
76 PLA em relação do Capital de Risco	20%	0070

#### Risco de Mercado

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de: (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela Agência reguladora e (b) aplicar o excedente em títulos de renda fixa buscando as melhores taxas de mercado junto as instituições financeiras de grande porte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



# 25. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros--Continuação

Risco de Mercado--Continuação

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos.

A Cooperativa aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Hierarquia de valor justo

O CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa norma também aborda que a mensuração de ativo ou passivo a valor justo é pautada nas premissas que os participantes do mercado utilizam para precificação e estabelece uma hierarquia de valor justo cujo propósito consiste na classificação, por prioridade, das informações aplicadas para a definição dessas premissas. A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

- Nível 1 as informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Cooperativa possa ter acesso na data da mensuração.
- Nível 2 as informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado.
- Nível 3 as informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Cooperativa.

A tabela que apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, estão apresentados na Nota Explicativa nº 6.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 25. Instrumentos financeiros--Continuação

## 25.2. Instrumentos financeiros por categoria

## Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2024	
	Total Contabil	Valor Justo
Custo Amortizado		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Disponível	5.809	5.809
Aplicação financeira	860.620	860.620
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	216.204	216.204
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados		
com planos de saúde da operadora	19.331	19.331
Títulos e créditos a receber		
Bens e títulos a receber	53.961	53.961
Depósitos judiciais	186.684	186.684
Outros créditos	11.893	11.893
Total	1.354.502	1.354.502
	31 de dezembro de 2023	
	31 de dezemi	oro de 2023
	31 de dezemi Total Contabil	oro de 2023 Valor Justo
Custo Amortizado		
Custo Amortizado Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Ativos, conforme o balanço patrimonial	Total Contabil	Valor Justo
Ativos, conforme o balanço patrimonial Disponível Aplicação financeira Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	Total Contabil 25.835	Valor Justo 25.835
Ativos, conforme o balanço patrimonial Disponível Aplicação financeira	25.835 813.340	25.835 813.340
Ativos, conforme o balanço patrimonial Disponível Aplicação financeira Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	25.835 813.340	25.835 813.340
Ativos, conforme o balanço patrimonial Disponível Aplicação financeira Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora Títulos e créditos a receber	25.835 813.340 208.231 25.671	25.835 813.340 208.231 25.671
Ativos, conforme o balanço patrimonial Disponível Aplicação financeira Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora Títulos e créditos a receber Bens e títulos a receber	25.835 813.340 208.231 25.671 - 54.577	25.835 813.340 208.231 25.671 - 54.577
Ativos, conforme o balanço patrimonial Disponível Aplicação financeira Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora Títulos e créditos a receber Bens e títulos a receber Depósitos judiciais	25.835 813.340 208.231 25.671 - 54.577 201.523	25.835 813.340 208.231 25.671 - 54.577 201.523
Ativos, conforme o balanço patrimonial Disponível Aplicação financeira Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora Títulos e créditos a receber Bens e títulos a receber	25.835 813.340 208.231 25.671 - 54.577	25.835 813.340 208.231 25.671 - 54.577

## Passivos Financeiros

_	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Custo Amortizado		-		
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Débitos de Operações de Assistência à				
Saúde	46.481	46.481	42.667	42.667
Débitos com Operações de Assistência à				
Saúde Não Relacionadas com Planos				
Saúde da Operadora	7.884	7.884	8.798	8.798
Empréstimos a coligadas	29	29	65	65
Débitos diversos	159.997	159.997	142.457	142.457
Total	214.391	214.391	193.987	193.987

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 26. Cobertura de seguros

A Cooperativa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024 os principais seguros vigentes eram:

- (a) Responsabilidade Civil: contratadas através das apólices de seguros patrimoniais
- (b) <u>Riscos Operacionais:</u> cooperativa possui apólice contratada D&O e Seguro Garantia Judicial
- (c) Risco Cibernético: Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética CyberEdge
- (d) <u>Seguro Vida</u>: Cooperativa possuiu apólice contratada com cobertura para todos os Colaboradores
- (e) <u>Auxílio Funeral</u>: Cooperativa possui apólice contratada com cobertura para Cooperados e Colaboradores
- (f) <u>Frota de Automóvel:</u> Cooperativa possui apólice contratada com cobertura compreensiva para todos os veículos da frota.

#### 27. Partes Relacionadas

#### a) Transações com cooperados

A Cooperativa considera como partes relacionadas as pessoas ou entidades que estão relacionadas com a Unimed Campinas, considerando as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados que compreendem:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 27. Partes Relacionadas--Continuação

#### a) Transações com cooperados -- Continuação

	2024	2023
Ativo Contas a receber cooperados (i)	6.015	5.700
<u>Passivo</u> Eventos indenizáveis a liquidar (ii) Conta corrente com cooperados (iii)	50.618 5.529	45.391 38.811
Resultado		
Receitas Contraprestações líquidas (v)	54.872	40.970
Custos e despesas Custos (iv) Despesa com utilização do Rates (vi) Remuneração variável Bem Mais (v) (nota 4.8) Pagamento aos cooperados (vii) Licença Remunerada/PAMA/PAIT (nota 4.8)	1.184.178 42.966 22.522 - 36.291	1.082.989 30.494 9.350 45.181 35.512

- (i) Ativo Referente contas a receber dos cooperados, conforme descontos insuficientes na remuneração.
- (ii) Passivo Contas a pagar ao cooperados referente a remuneração por atendimentos prestados como consultas, honorários e outros atendimentos
- (iii) Passivo Quotas de capital a pagar.
- (iv) Resultado Custo referente a remuneração aos cooperados, conforme atendimento aos beneficiários da Cooperativa.
- (v) Receita Liquida referente ao plano de saúde para os cooperados e agregados, estando a despesa com o benefício concedido ao cooperado na rubrica "Despesa com utilização do Rates", item (vi) abaixo.
- (vi) Subsídio das despesas com plano de saúde.
- (vii) Pagamento aos cooperados deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração no respectivo ano, que decidiu remunerar os médicos com base no histórico da produção médica realizada no período.
- b) Remuneração dos administradores durante o exercício de 2024, a remuneração dos administradores da cooperativa totalizou R\$ 11.974 (R\$ 11.242 em 2023). Tal montante foi apropriado no resultado dos respectivos exercícios como despesa, não existindo benefícios de longo prazo concedidos aos administradores da Cooperativa.

#### c) <u>Transações entre cooperados</u>

Os cooperados constituíram uma ação de solidariedade mútua denominada Plano de Auxílio Funeral ("PAF), com a finalidade de contribuírem com valores (doação) quando da morte de um colega, ou de sua invalidez, ou por mérito após 35 anos de filiação à Cooperativa e a soma da idade com o tempo de cooperativa deve ser igual ou superior a 110 anos. A criação do PAF foi aprovada na AGE no dia 11 de dezembro de 1986 e posteriormente foi remodelado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de novembro de 2009 e 19 de outubro de 2024, esse regulamento aprovado regulamenta o atual funcionamento do plano. A Cooperativa atua como instrumento de viabilização prática, da vontade coletiva dos cooperados e de acordo com regulamento não possui nenhuma obrigação contributiva de suplementação ao benefício pago aos cooperados. O objetivo das alterações realizadas em 19 de outubro de 2024 foram de reorganizar o plano para garantir mais equidade e sustentabilidade no longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



# 28. Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2024	2023
Resultado antes dos impostos e participações	(24.256)	117.173
Ajustes para reconciliar a sobra liquida ao caixa gerado pelas atividades operacionais Depreciação e amortização Amortização - Arrendamento Mercantil Provisões técnicas	11.770 5.099 (9.849)	9.100 4.514 33.798
Constituição (reversão) de provisão para contingências Baixa de Ativo imobilizado Provisão Participação no Resultado Incorporação de sobras aos investimentos Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com bens e títulos a receber Juros sobre o capital social Juros e variações monetárias	230.763 406 (2.962) (7.470) 3.714 - (73.277) 133.938	(5.122) 6 (1.795) (6.501) (2.351) 13.445 (3.393) 158.874
(Aumento) / Diminuição de ativos Créditos de Operações com planos de assistência à saúde Tributos a recuperar Outros créditos a longo prazo Outros títulos e créditos a receber Outros valores e bens Aplicações financeiras Depósitos Judiciais	(1.948) 635 (489) (4.232) (4.959) 36.569 13.500	(19.814) 31.350 (9.817) (4.692) 1.508 (196.389) 6.088
Aumento (diminuição) de passivo Tributos e encargos sociais a recolher e provisões de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro Outros Passivos Fornecedores	(20.520) (35.965) 5.936	(6.600) 51.526 5.136
Caixa gerado pelas atividades operacionais	122.465	17.170
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.458)	(26.931)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais - método indireto	93.007	(9.761)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais - método direto	93.007	(9.761)

\* \* \*

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)



#### Conselho de Administração

Dr. João Lian Júnior - Coordenador do Conselho de Administração

Dra. Carla Rosana Guilherme Silva - Conselheira/Secretária

Dr. Adriano Cesar Bertuccio - Conselheiro

Dr. Avelino Bastos - Conselheiro

Dr. Carlos Eduardo Lopes - Conselheiro

Dr. Luis Alves de Matos - Conselheiro

Dr. Luiz Antonio da Costa Sardinha - Conselheiro

Dr. Miguel Carlos Hyssa Brondi - Conselheiro

Dr. Ricardo Raffa Valente - Conselheiro

#### **Diretoria Executiva**

Dr. Gerson Muraro Laurito - Diretor Presidente

Dr. Paulo Dechichi Júnior - Diretor Administrativo

Dr. Plínio Conte de Faria Junior - Diretor Financeiro

Dr. Antonio Claudio Guedes Chrispim - Diretor Médico-Social

Dr. Flávio Leite Aranha Junior - Diretor da Área Hospitalar e Serviços Credenciados

Dr. José Windsor Angelo Rosa - Diretor Comercial

#### Superintendências

Superintendente Geral - Elem Regina Serafim Martins Superintendente de Estratégias e Finanças - William Camassari Itabashi

#### Contadora

Tatiane Vanessa Bravo Dias CRC 1SP 285344/O-2